



ACPO
Associação de Combate aos Poluentes
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98



Boletim da ACPO



Resumo das Atividades de 2003

JANEIRO

- **LOCAL DE ATERRO DE LIXO PODE SER A CAUSA DA ELEVAÇÃO DE DEFEITOS EM CORAÇÃO DE BEBÊ.**

Quinta-feira, 02 de janeiro de 2003

*Edinburgh Evening News:
31/12/2002 - Por: Julia Horton*

Taxa de defeitos de coração em bebês na Escócia podem estar associados aos efeitos de poluição advinda de aterros de lixo. Os peritos pediram uma investigação urgente, para descobrir se as preocupações são ou não justificadas.

Leia o artigo:

<http://www.edinburghnews.com/scotland.cfm?id=1447902002>

Manny C. Calonzo
Tel/Fax: +632 4364733

- **Banco Mundial financia poluição tóxica no Brasil.**

Sexta-feira, 10 de janeiro de 2003

Santos - Brasil, 10 de janeiro de 2003 - A ACPO - Associação de Combate aos POPs, organização não governamental formada por trabalhadores contaminados pela

empresa Rhodia - solicitou hoje em [carta enviada ao escritório do Banco Mundial no Brasil](http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/LetterWBG.pdf) (http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/LetterWBG.pdf) que a instituição desenvolva uma política efetiva de prevenção à emissões de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs).

Nos últimos 10 anos o Banco Mundial financiou pelo menos 156 projetos ao redor do mundo nos quais a incineração é adotada como tecnologia para destruição de resíduos (1). Em recente relatório sobre financiamentos a projetos de incineração feitos pelo Banco Mundial, lançado em setembro de 2002 pela GAIA - Global Alliance for Incinerator Alternatives (Aliança Global para Alternativas à Incineração), uma rede internacional de organizações da sociedade civil, da qual a ACPO faz parte - o Brasil, com 8 projetos relacionados ao tratamento térmico de resíduos, ocupa a segunda posição no ranking mundial de financiamentos feitos pelo Banco Mundial, empatado com a Turquia com 7 e só perdendo a lamentável liderança para o Kenia, com 12 projetos. O relatório demonstra claramente a rota de investimentos internacionais para desvio desta tecnologia suja e obsoleta para os países em desenvolvimento.

Um dos casos brasileiros é o projeto de Cataguases/Sergipe (ID 10727), onde, em 2001 foi aprovada uma linha de financiamento para as empresas de energia elétrica de Sergipe (ENERGIPE) e da Paraíba (SAELPA) destinada à expansão dos sistemas de distribuição de energia e onde está prevista a queima de Bifenilas Policloradas (PCBs) no incinerador da empresa Bayer em Belford Roxo, no Estado do Rio de Janeiro (2). Entretanto, já existem tecnologias alternativas a incineração para a destruição dos PCBs sendo aplicadas em países desenvolvidos como o Canadá, Austrália e os Estados Unidos.

"É inadmissível que uma instituição que tem como objetivo o desenvolvimento dos países financie a adoção de tecnologias sujas e obsoletas como a incineração" diz Jeffer Castelo Branco, diretor da ACPO.

Além de gerar cinzas altamente tóxicas (material sólido pós-incineração), poluir o ar (emissões de chaminé) e água (efluentes líquidos) por diversas substâncias que não só as dioxinas, os incineradores destroem uma quantidade significativa de materiais, ou seja, operam através da queima de recursos naturais muitas vezes não renováveis e que poderiam e deveriam ser reutilizados, reciclados ou ainda enviados para compostagem.

A redução da geração de resíduos, a reutilização dos resíduos e materiais e a reciclagem é o caminho mais lógico e se configura na administração saudável e ambientalmente sustentável dos materiais, produtos e processos desenvolvidos pelo homem. "É muito simples queimar, mas o custo ambiental e para a saúde humana é irreversível e inestimável, portanto, nada mais óbvio do que se investir em técnicas e

tecnologias limpas e seguras e é exatamente isso que queremos do Banco Mundial" acrescenta Karen Suassuna, coordenadora de segurança química da ACPO.

Notas ao Editor:

(1) A incineração é internacionalmente reconhecida como fonte de emissões de uma vasta gama de poluentes ambientais incluindo os Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), como Bifenilas Policloradas, Dioxinas, Furanos, entre outros. A literatura mundial mostra que tais compostos têm impacto severo na saúde humana, de animais e no meio ambiente, pois são substâncias altamente tóxicas, bioacumulativas e persistentes, ou seja, além de se acumularem nos tecidos vivos, não se degradam facilmente no meio ambiente, potencializando sua atuação danosa, que inclui danos ao aparelho reprodutivo, ao sistema imunológico, a recém nascidos e bebês em gestação e em vários casos são precursores de doenças como a câncer. Em 23 de maio de 2001, o Brasil assinou a Convenção de Estocolmo das Nações Unidas, um tratado internacional que tem como objetivo a eliminação de POPs, iniciando com uma lista de 12 compostos, onde estão inclusas as dioxinas e furanos.

(2) O relatório está disponível on-line nos endereços: www.acpo.org.br e www.no-burn.org

• **Anvisa investiga alimentos contaminados por agrotóxicos.**

Segunda-feira, 13 de janeiro de 2003

Há quase 10 anos os Srs. Sebastião Pinheiro, Nasser Youssef e Dioclécio Luz escreveram a fantástica obra "A Agricultura Ecológica e a Máfia dos Agrotóxicos no Brasil".

No Brasil o reconhecimento do problema de contaminação dos alimentos e a conseqüente exposição e intoxicação humana existe, porém a busca de uma solução segue a passos curtos e lentos apesar do grande e grave problema de saúde pública latente, não só pelo fato do alimento adulterado que chega a mesa da população, mas também pelo grave problema de exposição dos agricultores e da contaminação ambiental, do ar durante a aplicação e do solo, águas superficiais e subterrâneas afetadas pelo material carreado durante os eventos do tempo nas regiões agrícolas.

Infelizmente este estado de coisas se perpetua a custa da omissão da informação ao consumidor e ao produtor, da falta de fiscalização e incentivo a práticas agrícolas saudáveis, e da prática de muito lobby da indústria de agrotóxico sobre nosso legislativo etc.

Leia o Boletim Informativo da Anvisa nº 25, de novembro de 2002:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/LetterWBG.pdf

• **Cancelada licença para produto tóxico.**

Quarta-feira, 16 de janeiro de 2003

Jornal o Estado do Paraná (Paraná-Online)

http://www.parana-online.com.br/index.php?pag=noticias&id_noticia=26738¬icias=S&id_tema=20&id_caderno=11

Paraná, 15/01/2003

Cancelada licença para produto tóxico

Lawrence Manoel

Em audiência com os vereadores de Curitiba que compõem a comissão que investiga o lixo tóxico, o secretário de Estado do Meio Ambiente, Luiz Eduardo Cheida, decidiu cancelar definitivamente a autorização concedida pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) no ano passado, permitindo a vinda de 20 mil toneladas de solo contaminado com produtos cancerígenos de Cubatão para um depósito na Cidade Industrial de Curitiba. A decisão foi baseada no laudo da companhia de saneamento paulista, que confirmou a presença de substâncias tóxicas no solo.

Segundo o vereador Jorge Bernardi (PDT), coordenador da comissão, entre os produtos encontrados está o pentaclorofenol, conhecido como "pó-da-china".

O secretário também ficou de estudar uma solução para as 300 toneladas de lixo tóxico que já foram transportadas para o local.

Embora portaria do Conselho Estadual de Meio Ambiente proibisse a vinda desse tipo de lixo para o Estado, o IAP, em 16 de novembro de 2002, autorizou a multinacional francesa Essencis a trazê-lo. Em 16 de dezembro, depois de denúncia de Bernardi e de ambientalistas, o IAP suspendeu a autorização que agora foi definitivamente cancelada. Os produtos que compõem o solo contaminado de Cubatão são: hexaclorobenzeno, que afeta a fertilidade e causa câncer, pentaclorofenol (pó-da-china), que afeta o sistema imunológico, tetracloroetileno, que afeta o fígado e rins, e 1,2-dicloroetano, que afeta o sistema nervoso e causa câncer.

NOTÍCIA ACIMA FOI ENCAMINHADA PELA AMBIENTALISTA ZULEICA NYCZ DA ONG AMAR DO PARANÁ, QUE TRABALHOU ATIVAMENTE NO BLOQUEIO DA EXPORTAÇÃO IRREGULAR DESTE RESÍDUO TÓXICO ENTRE ESTADOS.

O lixo tóxico mencionado na reportagem acima seria totalmente enviado para o aterro da empresa Essencis no Paraná pela empresa CARBOCLORO de Cubatão com aval da CETESB. Mas uma ação conjunta entre entidades ambientalistas de São Paulo e do Paraná bloquearam a transferência. Mais uma vez as duas empresas (CETESB/CARBOCLORO) estão envolvidas em transferência irregular de resíduos tóxicos, como a ocorrida no ano de 2001 com transferência de 3 mil toneladas de resíduos mercuriais para o aterro da empresa Ecossistema em São José dos Campos, onde segundo a legislação daquela cidade como a exemplo do Paraná, proíbe o recebimento de resíduos tóxicos, neste caso organoclorados.

A empresa SASA em Tremembé foi consultada anteriormente para a possibilidade de receber este lixo tóxico, porém uma reação da sociedade bloqueou a transferência e trouxe a tona os vários problemas ambientais que enfrenta este aterro classe I, explica o Eng^o Agr^o Rainer Knoop.

FEVEREIRO

• FÓRUM MUNDIAL SOCIAL.

Quarta-feira, 05 de fevereiro de 2003

Corredor temático de Saúde, Ambiente, Trabalho e Sociedade no Fórum Social Mundial

Em Porto Alegre entre 23 a 28 de Janeiro de 2003, dentro dos eventos do Fórum Social Mundial, ocorreu o I Encontro de ativistas, técnicos e militantes dos movimentos ambientalistas, da saúde do trabalhador, e da saúde ambiental - "construindo uma sociedade democrática e sustentável" onde apresentou várias oficinas: 1) Oficina de Atenção Primária Ambiental e Agenda 21 Local; **2) Oficina da Rede contra a Contaminação Humana e Ambiental (irá incorporar o debate sobre POPs e Mercúrio) (4 horas)**; 3) Oficina contra a Contaminação por Amianto; 4) Oficina "Moradia e Saúde: repensando o lugar" / Rede Brasileira de Habitação Saudável; 5) Plenária de Consolidação das 5 Oficinas da ABRASCO sobre o eixo Saúde – Coletiva: relevância pública e controle social (estarão inseridas as propostas do 1o Encontro... por meio do GT de Saúde e Ambiente da ABRASCO; 6) Oficina de Gestão Pública de Riscos e preparação de comunidades para as ameaças de desastres ambientais; 7) Seminário sobre "Campos e Radiações Eletromagnéticas Não Ionizantes e os Impactos de Novas Tecnologias sobre a Saúde e o Meio Ambiente".

Nos dias 24, 25 e 26 durante o evento Fórum Mundial Social ocorreu o Seminário: Rio + 11: Um Mundo Sustentável é Possível. A convite a ACPO estava representada pelo seu diretor de Comunicação.

• AVALIAÇÃO GLOBAL DO MERCÚRIO – (GMA - UNEP) .

Segunda-feira, 10 de fevereiro de 2003

Entre 3 e 7 de fevereiro de 2003 em Nairobi/Quênia: aconteceu a reunião do Conselho da UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), onde Ministros de Estado de Meio Ambiente de vários países do mundo (inclusive a Sra. Ministra do Brasil Marina Silva), reunidos concordaram, entre outras coisas, que há evidências suficientes dos impactos adversos globais causados pelo mercúrio e seus compostos. Uma ação internacional deverá ser implementada para reduzir os riscos ao meio ambiente e a saúde humana. Concordaram que o UNEP deveria entrar em ação imediata e deveria considerar medidas adicionais para a próxima reunião do Conselho Administrativo. Entre os artigos de uma ação, incluem reduzir a poluição e a exposição humana ao mercúrio. Abaixo segue informações complementares enviadas por Michael Bender – BAN-Hg-Wg (<http://www.ban.org/Ban-Hg-Wg>).

"At the United Nations Environment Program Governing Council meeting on Friday, the Global Environmental Ministers agreed, among other things, that 'there is sufficient evidence of significant global adverse impacts from mercury and its compounds to warrant further international action to reduce the risks to human health and the environment'. Most importantly, they agreed that the UNEP should take both immediate action and consider further measures at the next UNEP Governing Council meeting. Action items include reducing mercury pollution and human exposure to mercury, collecting and exchanging information on mercury trading, reducing subsidies to mines(?), assistance to small scale gold miners, establishing national and regional mercury reduction goals and action plans, etc., etc.

More details to follow as they become available. Provided below is a BAN HG Working Group press release, UNEP press releases and links to recent news clips.

Special thanks to Greenpeace International--and the two Kevins in particular--for helping to make my attendance possible and their incredible support throughout! - Michael Bender"

• LONDRES: Agência alerta sobre os riscos do consumo de atum com níveis de mercúrio.

Quarta-feira, 19 de fevereiro de 2003

A Agência para Padrões de Alimentos da Inglaterra adverte a população sobre o consumo de atum; peixe-espada, marlin e tubarão em face dos significativos níveis de mercúrio encontrado nestas espécies. O alerta tenta atingir principalmente as mulheres gestantes e crianças com menos de dezesseis anos.

Entre outras pesquisas: No Brasil, pesquisadores* analisaram 47 amostras de atum e duas delas ultrapassaram o limite tolerado pela legislação brasileira para peixes, estabelecido em 0,5 ppm. Em outro trabalho** analisaram-se 25 exemplares capturados próximos à Praia de Itaipu, em Niterói (RJ), selecionados aleatoriamente, o valor médio encontrado nas amostras estudadas foi de 0.145 ppm, sendo que em uma amostra o valor encontrado ultrapassou o limite máximo permitido pela legislação brasileira de 0.5 ppm. Assim concluem que, cada vez mais, aumenta a importância na monitorização dos teores de mercúrio em pescado, para que sejam preservados a saúde e o bem-estar da população. (AU).

Para saber mais:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/Mercurio_3.htm

- **Secretaria do Meio Ambiente vai produzir minuta de decreto visando instituir o Comitê Permanente de Agrotóxicos em SP.**

Quinta-feira, 20 de fevereiro de 2003

Leia mais:

http://www.ambiente.sp.gov.br/destaque/consema_200203.htm

- **Shell e Rhodia ajudam transformar tempestade em pesadelo.**

Sexta-feira, 21 de fevereiro de 2003

Local foi isolado por tempo indeterminado. A enxurrada entrou dentro do site da Shell. Terras foram revolvidas e carregadas para dentro das casas, e seguiu seu curso leito abaixo, junto com os tambores cheios (e vazios) de ácido da **Rhodia**. O alagamento potencializou o risco à saúde da população e a justiça determinou isolamento da área. O prefeito decretou Estado de Calamidade Pública no bairro Recanto dos Pássaros em Paulínia. Na região houve uma revolta dos rios e ribeirões, que castigados pelo homem, devastados de suas proteções ciliares, os assoreados, os represados e canalizados se aliaram a uma chuva grossa e detonaram Campinas e região. - por: Márcia Corrêa

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u69321.shtml>

MARÇO

• A AMEAÇA DOS ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS.

Sexta-feira, 13 de março de 2003

O Grupo de trabalho POR UM BRASIL LIVRE DE TRANSGÊNICOS iniciou mais uma batalha, pois existe a possibilidade de o Governo Federal resolver o impasse da soja transgênica produzida ilegalmente no Rio Grande do Sul autorizando que parte dela seja consumida no País. Isso significa que nós, consumidores, poderemos "pagar o pato" e acabar comendo a soja transgênica, em desrespeito à legislação e à ordem judicial.

Não podemos continuar sendo cobaias do primeiro mundo... Vamos protestar contra a alimentação transgênica assinando URGENTEMENTE a carta básica que será encaminhada para o Governo, que pode ser preenchida no site do Greenpeace em: <http://www.greenpeace.org.br/transgenicos/consumidores/produtos/sojars.asp>

Leia a manifestação encaminhada pela ACPO:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/Transgenico.pdf

• Justiça: Deputada Federal Iara Bernardi retoma projeto de banimento das células de Mercúrio e Amianto.

Sexta-feira, 14 de março de 2003

Projeto de Banimento do Mercúrio-Amianto da Deputada Iara Bernardi (PT-SP) denuncia: ESCONDER, ATÉ QUANDO. - MERCÚRIO - *por Márcio Pedrosa:*

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/Mercurio_2.htm

A Agência de Proteção Ambiental Americana (EPA) divulga que 8% das mulheres têm mercúrio em seu corpo que poderiam expor os bebês:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/Mercurio_4.htm

Uma revisão realizada pela EPA encontra os adolescentes e as crianças muito mais susceptíveis aos agentes químicos cancerígenos e aos mutagênicos do que os adultos e recomendam novos padrões. - *por Bernie:*

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/Mercurio_5.htm

• Projeto de banimento do PERCLOROETILENO é apresentado na Câmara Municipal de Santos.

Quinta-feira, 27 de março de 2003

Em 27 de março de 2003 - foi apresentado na Câmara Municipal de Santos PL - projeto de lei que estabelece o banimento do percloroetileno (tetracloroetileno - C2Cl4). A substância química é altamente tóxica, levando ao comprometimento da saúde ambiental, podendo facilmente atingir os seres vivos, existindo casos muito bem definidos de danos neste sentido. O agente é largamente utilizado como desengraxante e lavagem de roupa a seco. O projeto de autoria do Vereador **Dr. Marinaldo Mongon** estabelece prazo de cinco anos para eliminação total do uso deste agente tóxico. O projeto se faz necessário pelo fato destas substâncias não serem ainda muito difundidas no nosso território, o que viabiliza ainda mais a ação. Os países do primeiro mundo lutam incessantemente para reduzir o uso desta substância, tendo alguns reduzidos em até 70% o seu consumo. Estes e outros países estão agora buscando seu banimento total em face da impossibilidade do seu gerenciamento. A medida é muito importante para livrar o meio ambiente e a saúde pública do grande risco que representa a exposição a esta substância tóxica.

Projeto de Lei:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/camara_percloroetileno.htm

- **Caso Nuclemon – A radiação que nos ronda.**

Sexta-feira, 28 de março de 2003

Prezados Ambientalistas e Autoridades se pudéssemos outrora ter a cautela que ora se solicita no caso NUCLEMON, não teríamos hoje o que se conhece por condomínio Barão de Mauá. Pedimos o apoio de todos para que o caso NUCLEMON não se torne um fantasma a mais para nos atormentar.

Texto: Fernanda Giannasi

É importante ressaltar que o material retirado superficialmente do terreno do Brooklin (área de aproximadamente 16 mil metros quadrados, que segundo a empresa foi uma escavação superficial de 50 cm - ela, inclusive, nega informações que se obteve dos trabalhadores que acompanharam o processo de descomissionamento de que em alguns pontos a remoção chegava até 4 metros de profundidade) - e que está armazenado em Interlagos em containers metálicos (containers marítimos), bombonas e containers menores, em torno de 1.000 ton., como podem ser vistos nas fotos anexas estão irradiando e podem ser detectados fora mesmo dos galpões (mesmo com o contador Geiger, que não é adequado para captar radiações alfa, que são as preponderantes neste material da ex-Nuclemon. O contador Geiger capta as radiações gama ou conhecidas como " X" (quando não naturais), que são mais longas, embora energeticamente ou de intensidade inferior à perigosa radiação alfa.... cujo

cumprimento de onda é curto, mas seu efeito é devastador sobre o tecido irradiado, especialmente se ele for ingerido).

Há radiação detectada até na cerca que limita o terreno dos vizinhos motivada pelo material armazenado nos 4 galpões.....e isto consta dos laudos que a empresa mesma me apresentou... Em outras palavras: se o material retirado superficialmente do terreno do Brooklin está irradiando, tanto é que eles estão guardados em Interlagos, mesmo que de maneira precária, é de se supor/presumir e adotando o **princípio da precaução** que o material residual pode ainda estar contaminado. Creio que não é presunção ou haja exagero em supor tal coisa. É quase que óbvio, considerando que o mesotório ou radio 228, que é parte destes rejeitos, ou a parte mais tóxica (hidróxido bruto de tório), é altamente solúvel em água... Considerando que esta região do Brooklin fica muito próximo do córrego das Águas Espraiadas e que o lençol freático pode estar bastante superficial, e que a empresa armazenou por mais de 50 anos de maneira improvisada e mesmo irregular estes rejeitos, que podem ter penetrado no solo/percolado, não seria exagero pedir auditoria independente ou supor uma possível contaminação profunda no terreno do Brooklin... dizer que a radiação é baixa e que portanto não há perigo, isto é uma balela... sabemos por estudos de cortes que o problema não está na intensidade da radiação e que mesmo baixas doses podem levar a estados mórbidos... Evidentemente que as grandes doses de exposição levam a casos agudos, como os observados em Goiânia com a morte súbita, mas a baixa dose leva ao câncer(tanto é que os casos de câncer observados nas populações em Hiroshima e Nagasaki mesmo estando já na terceira ou quarta geração, devido aos efeitos mutagênicos e citogênicos).....

A INB sempre apresentará os técnicos "seus funcionários", pois é uma empresa que tem um departamento jurídico muito forte e que tentou inviabilizar por anos nossa atuação. Só fechou a unidade do Brooklin depois que isto ficou insustentável e sob fortes pressões do movimento social e ambientalista.

A DRTE de SP tem tido um papel deplorável nesta história...cancelaram minha notificação à empresa, alegando que eu estava em licença prêmio quando a fiz (fui obrigada a tirar licença de um mês para atender uma reunião do PNUMA/UNEP/ONU em Genebra sobre proibição de mercúrio, embora precisasse de apenas uma semana e retornei ao trabalho por não poder parar naquele momento) e que a sede da empresa fica no Rio, o que teria de ser tratado por lá, embora o passivo ambiental e social ficou para nós aqui em São Paulo. Pedi reconsideração deste parecer absurdo à Assessoria Jurídica que ratificou a nulidade de meu ato.

A INB foi informada rapidamente por minha Chefia de que não deveria atender minha notificação, que obriga a empresa, entre outros, ao cumprimento da Convenção 115 da OIT, que prevê exames nos trabalhadores ulteriores à exposição....a empresa

recorre alegando que não entende isto e que não significa que terá de fazer exames em ex-trabalhadores. O Ministério Público do Trabalho pediu que em mesa redonda viessem prepostos da empresa com poder de assinar Termo de Compromisso e a empresa, utilizando o argumento de ser uma S.A., alegou em sua defesa não poder designar ninguém com tais poderes e nem de firmar nenhum compromisso...que viria para as mesas para ouvir as reivindicações e só aí poder submeter à direção para ulterior resolução.

Tudo isto posto, gostaria de expressar meu sentimento de impotência: estamos de mãos atadas... o fato da empresa incorporadora do terreno considerar que possa ser prejudicada por uma outra auditoria é um argumento inaceitável, pois se esta auditoria independente constatar que o descomissionamento foi bem feito, isto dará a ela mais um atestado de ausência de risco para os futuros moradores. Ou será que ela teme que se descubra que isto não foi tão bem feito assim e terá de explicar aos compradores do futuro imóvel que eles foram enganados no ato da compra e quem sabe obrigada até a desfazer estes negócios????

Cumpra-nos atuar constitucionalmente para que mais tarde não sejamos acusados de omissão diante de provas tão contundentes: o material retirado do terreno do Brooklin está irradiando e chega em alguns pontos até 0,14mSV de radiação...isto considerando ainda que eles já têm uma proteção/barreira(estão dentro de bombonas plásticas) e isolados por manilhas de concreto (como se pode ver nas fotos) anexas...O que diremos então deste material no solo, sem nenhuma proteção ou isolamento???????? Será que os 50 cm retirados superficialmente são suficientes para afirmar que todo o material contaminado foi retirado???? Devemos evocar o princípio da precaução e não podemos enfiar nossas cabeças no lodo para nos esquivarmos das evidências...

Não tenho como solicitar esta auditoria independente e por isto estou me socorrendo do MP.

Por último, informo que enviarei toda problemática para o DSST-Depto. de Segurança e Saúde do Trabalhador em Brasília para pedir um novo parecer jurídico independente das mazelas locais e para que possamos exigir da empresa que cumpra o determinado na Convenção 115 da OIT que prevê que em seu artigo 12 que: "Todos os trabalhadores diretamente ocupados em trabalhos submetidos à radiação deverão submeter-se a exame médico apropriado, antes ou pouco depois da ocupação em tais trabalhos, e submeter-se posteriormente a exames médicos em intervalos apropriados". A empresa insiste em interpretar tal norma como sendo durante o período em que o trabalhador esteve vinculado funcionalmente à empresa e me parece que nossa "douta" assessoria jurídica local também assim interpreta.

Só como observação: é uma tendência mundial e a OIT tem adotado para os cancerígenos em suas Convenções mais recentes (a começar pela do amianto que é de 1986) a exigência de controle pós-demissional até por 30 anos, pois o período de latência destas doenças degenerativas pode chegar até 40 - 45 anos... Evidentemente que o texto da Convenção 115 que é de 1960 pode não ser tão incisivo como os mais modernos, mas já esboçava a preocupação de avaliações pós exposição, que no nosso entendimento são os exames pós-demissionais e que evidentemente a empresa entende a favor de seus interesses.

Conto com a ajuda do MP, MPT, MPF e de todos para que possamos de vez esclarecer estes fatos e dar tranquilidade não só aos ex-empregados, como aos futuros moradores do vultoso empreendimento "Les Jardins de France".

Muito obrigada
Fernanda Giannasi

• **Vazamento provoca acidente ambiental na Zona da Mata.**

Sábado, 29 de março de 2003

*Local: Minas Gerais
Fonte: O Estado de São Paulo
Data: 29.03.03*

Mais de 20 milhões de litros de uma mistura usada na fabricação do papel vazaram de um reservatório em Cataguases. Segundo testemunhas, famílias da região tiveram de abandonar suas residências. (depois descobrirão ser mais 2 bilhões de litros)

Belo Horizonte - O rompimento hoje de um reservatório de uma indústria de papel em Cataguases, na Zona da Mata mineira, provocou um acidente ambiental de grandes proporções, de acordo com informações preliminares da Polícia Militar e da Defesa Civil. Mais de 20 milhões de litros de uma mistura química, usada na fabricação do papel, teria vazado e atingido parte da zona rural da cidade e o rio Pomba, que abastece o município, de cerca de 70 mil habitantes.

O acidente teria ocorrido por volta das 5h. Segundo as primeiras informações, a ruptura de um tanque da Indústria de Papel Cataguases, usado para receber os resíduos da queima de madeira, provocou a morte de animais e atingiu inicialmente o ribeirão Cágado, um afluente do Rio Pomba. De acordo com testemunhas, o pasto ficou coberto por uma camada espessa e escura do produto tóxico e famílias da região tiveram que abandonar às pressas suas residências.

A orientação da PM e da Defesa Civil é para que, a partir de agora, as pessoas evitem beber água e não se alimentem de peixes do rio e produtos da lavoura. De acordo com informações de agricultores da região, o reservatório teria sido construído na década de 80 e apresentava rachaduras antes do acidente. Até agora, a empresa não se pronunciou sobre o acidente.

Mensagem enviada por: Eduardo Kattah

ABRIL

• ONU recebe Relatório Brasileiro sobre Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais 2003.

Terça-feira, 01 de abril de 2003

Com relação ao "caso Rhodia" no Brasil (Grupo Rhône-Poulenc - AVENTIS), além de constar no relatório folha 40, foi também citado nominalmente pelo Sr. Jean Pierre da entidade FASE

Apesar de ocupar atualmente a décima primeira posição na economia do mundo, o Brasil conta com uma enorme dívida em matéria de respeito aos direitos humanos econômicos, sociais e culturais. Estima-se que 50 milhões de brasileiros vivam na linha abaixo da pobreza. O país conta com uma Constituição das mais avançadas, leis e programas nacionais favoráveis aos direitos humanos, mas continua com uma situação de ampla violação e sem mecanismos práticos de monitoramento da realização prática de direitos.

A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Plataforma DhESC), com o apoio e a parceria do programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV) e da Secretaria Especial de Direitos Humanos nomeou seis relatores nacionais para os direitos à Alimentação, Água e Terra Rural, ao Meio Ambiente, à Saúde, à Moradia Adequada, à Educação e o ao Trabalho. Eles produziram o Relatório Brasileiro sobre Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais 2003 que será apresentado nesta quarta-feira (2) a Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra. A apresentação será feita em uma audiência entre os relatores da ONU e 54 relatores brasileiros liderados pelo coordenador do Projeto Relatores Nacionais em DhESC e organizador do Relatório, Jayme Benvenuto.

Clique aqui para ler o Resumo Executivo (pdf 206 KB):
http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/Dhesc_resumo.pdf

Clique aqui para baixar o relatório completo (pdf 4 MB):
http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/DhESC%20Relatorio2003.pdf

- **REDE BRASILEIRA CONTRA CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL E HUMANA.**

Sábado, 12 de abril de 2003

Reunidos na sede do Sindicato dos Advogados de São Paulo, Ambientalistas do Estado de São Paulo contatando com apoio e sugestões de todo Brasil, colhidos em reuniões preparatórias, inclusive no Fórum Mundial Social, aprovaram o Estatuto da Rede Brasileira das Entidades não Governamental que lutarão contra a contaminação ambiental e intoxicação humana em nosso País. Marcaram para o mês de maio a reunião de fundação da Rede com eleição do primeiro Conselho Diretor.

- **INVESTIGAÇÕES PODEM INDICAR MAIS PASSIVO AMBIENTAL E DE SAÚDE PÚBLICA DA RHODIA.**

Sexta-feira, 18 de abril de 2003

Consema quer análise de água em área contaminada

(Clique aqui para: http://www.jpjournal.com.br/main_noticia_1.asp?idNoticia=13235)

Alessandra Morgado - amorgado@jpjournal.com.br -

Marcelo Andriotti - regiao@jpjournal.com.br

O Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA vai pedir à CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental a análise da água dos nove poços artesianos que abastecem Rafard, além de informações sobre as providências tomadas para recuperar a área 175 mil metros quadrados contaminada pela RHODIA.

- **KODAK É PRESSIONADA NOS ESTADOS UNIDOS.**

Sábado, 19 de abril de 2003

"Por trás de uma imagem de fotografia lustrosa do filme Kodak estão um dos maiores emissores de substâncias químicas tóxicas dos Estados Unidos"

Com este slogan e graves problemas de saúde pública a Coalizão de Entidades Ambientistas nos Estados Unidos denominada CITIZENS ENVIRONMENTAL realizará no dia 23 de abril de 2003 uma grande manifestação - O DIA NACIONAL DE AÇÃO REIVINDICANDO UM AR LIMPO DA KODAK, ADVERTINDO QUE AS EMISSÕES TÓXICAS DA KODAK PODEM SER PERIGOSAS A SUA SAÚDE DAS PESSOAS.

Para maiores informações: <http://www.kodakstoxiccolors.org>

Contato: cecmike@choiceonemail.com

• OS DANOS POTENCIAS DO FLÚOR ADICIONADO NA ÁGUA POTÁVEL.

Domingo, 20 de abril de 2003

POR: Dr. Paul Connett

Professor of Chemistry

St. Lawrence University, NY 13617

315-229-5853 ggvideo@northnet.org

Cientistas pedem prova toxicológica do ácido hexafluorosilícico utilizado para fluoretar a água potável. O flúor foi introduzido para supostamente proteger os dentes de crianças. Porém não levou muito tempo para determinar que esta prática já é uma das políticas mais absurdas impostas contra a saúde da população humana.

Veja em: http://www.laleva.cc/pt/alimentos/fluoro_50reasons.html (*texto em português*) e

Em: <http://www.SLweb.org/bibliography.html> (*texto em inglês*).

Com oito outros cientistas, o Dr. Paul Connett está lançando uma petição em nível mundial que poderá ser assinada por você ativista ligado a ONG, cientistas e acadêmicos em todo mundo, para requerer dos governos que adicionam flúor à água **INTRODUZIR DEBATE SÉRIO E TRANSPARENTE** sobre o assunto. Você pode nem mesmo estar contra fluoretação da água, você só precisa concordar que este assunto precisa ser debatido abertamente, honestamente e cientificamente.

Então, por favor, leia a petição e: a) copie e cole no e-mail em branco e envie para o endereço eletrônico indicado; b) contate o maior número de ativistas, cientistas, professores de universidade e médicos e peça para assinar e encaminhar a petição. Toda assinatura que conseguir será importante para que possamos levantar junto aos governos os problemas sérios que representam a adição de flúor na água.

Obrigado por sua paciência.

Paul Connett

Clique aqui para copiar a petição e ler material científico (inglês):

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/fluor_da_agua.htm

• SANCIONADA A LEI 10.650, DE 16 DE ABRIL DE 2003.

Terça-feira, 22 de abril de 2003

Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, instituído pela Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do Sisnama, ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a:

I - qualidade do meio ambiente;

II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental;

III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas;

IV - acidentes, situações de risco ou de emergência ambientais;

V - emissões de efluentes líquidos e gasosos, e produção de resíduos sólidos;

VI - substâncias tóxicas e perigosas;

VII - diversidade biológica;

VIII - organismos geneticamente modificados.

Leia na íntegra clicando aqui:

https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.650.htm

• Laudo do Ministério Público culpa Cataguases por desastre ecológico.

Quarta-feira, 23 de abril de 2003

*da Folha Online
23/04/2003 - 15h36*

Um laudo preliminar da Promotoria de Meio Ambiente de Minas Gerais indica que a Cataguases Indústria de Papel, de Cataguases (MG), é culpada pelo vazamento de produtos químicos nos rios Pomba e Paraíba do Sul. O acidente ocorreu dia 29 de março.

Segundo a assessoria de imprensa do Ministério Público, o documento foi elaborado por técnicos da Promotoria, que conclui que o dique, onde eram armazenados os produtos químicos, ruiu e causou o desastre ecológico.

As ações que deverão ser adotadas ainda serão discutidas.

A assessoria de imprensa da indústria Cataguases informou que seu departamento jurídico vai analisar os documentos.

Vazamento

Cerca de 1,4 milhões de litros de resíduos industriais _contendo fenóis, aldeídos, hidrocarbonetos, cloro ativo (hipoclorito de sódio), lignina, antraquinona e mercúrio_ contaminaram as águas do ribeirão do Cágado e dos rios Pomba e Paraíba do Sul, segundo a Feema (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Governo do Estado do Rio de Janeiro) e a Feam (Fundação Estadual do Meio Ambiente do Governo do Estado de Minas Gerais).

O vazamento, ocorrido em Minas, afetou municípios das regiões norte e noroeste do Rio. Mais de 600 mil pessoas tiveram o abastecimento de água prejudicado.

• **Exposição ao mercúrio coloca em risco a saúde de índios em RO.**

Quarta-feira, 23 de abril de 2003

Data: 16/04/2003

Fonte: Fiocruz

Local: Rio de Janeiro - RJ

Link: <http://www.fiocruz.br/>

Os índios pakaanóva, que vivem nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, no estado de Rondônia, estão muito expostos ao mercúrio, metal tóxico que pode prejudicar o funcionamento do sistema nervoso e dos aparelhos digestivo, respiratório e urinário. As tribos habitam a bacia do rio Madeira, em áreas sob influência de atividades garimpeiras, que emitem grandes quantidades de mercúrio para o ambiente. Esse metal se deposita na água do rio e acaba por contaminar os peixes. Desse modo, os índios da Amazônia ficam vulneráveis ao mercúrio, já que o pescado é sua principal fonte de proteínas. A equipe de Elisabeth Santos, da seção de meio ambiente

do Instituto Evandro Chagas, vinculado à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), verificou que o teor de mercúrio em amostras de cabelo dos pakaanóva é elevado, o que revela a necessidade de ações que garantam a saúde da população indígena.

Um artigo da última edição da revista Cadernos de Saúde Pública - publicada pela Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - apresenta os resultados dessa pesquisa, segundo os quais a exposição ao mercúrio é especialmente grave em crianças índias menores de 5 anos, cujo desenvolvimento neuropsicomotor pode ser afetado pelo metal.

Foi a partir do final da década de 70, quando a atividade garimpeira se intensificou na região amazônica, que as populações indígenas passaram a ter a saúde mais ameaçada. Os garimpeiros jogam mercúrio na água, pois esse metal forma uma amálgama com os grãos finos de ouro e, assim, permite coletá-los com facilidade. Para recuperar o ouro, a amálgama é queimada, liberando para o ambiente o mercúrio, que então contamina a água e os peixes.

"Dada a dependência do peixe como fonte de alimentação das comunidades indígenas e a associação deste padrão alimentar com o aumento da exposição ao mercúrio, é importante recomendar a inserção destas questões em programas de vigilância ambiental em saúde, que considerem as peculiaridades dos sistemas de nutrição e saúde dos pakaanóva", escrevem os pesquisadores na conclusão do artigo.

Fernanda Marques

Mensagem encaminhada pela Rede de Justiça Ambiental

• **Movimento Metropolitano Contra o Lixo Tóxico da Rhodia.**

Quarta-feira, 23 de abril de 2003

Representantes do Movimento Metropolitano Contra o Lixo Tóxico da Rhodia, juntamente com o presidente da Comissão Especial de Vereadores que acompanha a questão dos lixões químicos de responsabilidade da multinacional francesa na Baixada Santista - foram recebidos na tarde desta quarta-feira (23 de abril) pelo presidente da Companhia de Saneamento e Tecnologia Ambiental - CETESB, Rubens Lara, em seu gabinete na sede da agência em São Paulo.

Na pauta do encontro, críticas e exigências por parte do Movimento a respeito da problemática dos lixões químicos, em especial pelos resultados considerados insatisfatórios e inadequados quanto à recuperação das áreas contaminadas e a contenção dos poluentes tóxicos que foram despejados clandestinamente sem qualquer controle por parte da empresa em meados dos anos 70.

Rubens Lara recebeu em mãos um documento em nome da CEV em que é elogiado o parecer técnico da agência recentemente encaminhado ao Procurador da República em Santos, Dr. Antonio Dalóia, em que é ratificado que as condições hidrogeológicas do local onde se encontra a "Estação de Espera" não permitem sua perenização, mas que critica por outro lado a demora em obrigar a multinacional a remover o material tóxico do local.

Segundo o Movimento, ao contrário das afirmações tranquilizadoras da Rhodia, as cercas e a suposta vigilância das áreas comprometidas não têm sido capazes de deter a entrada de pessoas - crianças principalmente - de forma inadvertida nos terrenos contaminados, uma vez que a sinalização de alerta inicialmente exigida para estas áreas ou desapareceu ou foi casuisticamente substituída pela empresa por eufemismos como "área de monitoramento ambiental". Em locais como Itanhaém, os integrantes do Movimento frisaram que muitos moradores - que não recebem abastecimento de água pela SABESP - ainda valem-se de poços artesianos (escolas municipais inclusive) em lugares há poucos metros de distância de áreas comprometidas pelos despejos tóxicos, e que os moradores locais afirmam que jamais receberam a visita de qualquer órgão de saúde para apurar a qualidade da água dos poços quanto à possível contaminação.

Rubens Lara comprometeu-se neste último aspecto inclusive a que a CETESB participe de reuniões em conjunto com representantes das secretarias estaduais e municipais de Saúde e Meio Ambiente visando resolver esta situação preocupante. Por fim, os integrantes do Movimento destacaram que manterão uma postura crítica e de cobrança constante em busca de uma solução eficaz e definitiva para o grave problema dos lixões químicos que se arrasta desde a primeira denúncia à imprensa em 1.979, mas que reconhecem que Lara - que foi empossado no cargo recentemente - não pode ser responsabilizado pela omissão do órgão em gestões passadas, e que o fato dele ser um político oriundo da Baixada Santista e que sempre se declarou partidário da preservação ambiental criam uma expectativa mais animadora para o Movimento. O vereador Alfredo Moura aproveitou a ocasião para convidar - a princípio informalmente - o presidente da CETESB para a Audiência Pública que será realizada no próximo mês de maio na Câmara Municipal de São Vicente e que debaterá os encaminhamentos da questão e que também servirá de preparação para uma série de atos que ocorrerão durante a Semana do Meio Ambiente no mês de junho, quando estarão se completando 10 anos de interdição judicial da fábrica da Rhodia em Cubatão que deu origem a este crime ambiental que é considerado como um dos 10 mais graves em todo o planeta.

• GÁS BOLIVIANO É VENENOSO POR CONTER MERCÚRIO, ALERTA PESQUISADOR.

Sexta-feira, 25 de abril de 2003

O professor e doutorando em Planejamento de Sistemas Energéticos, Carlos Roberto de Lima da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, enviou nesta semana à imprensa de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e as organizações não-governamentais Ecoa-Ecologia e Ação e Coalizão Rios Vivos sua opinião sobre a distribuição de gás natural para o consumo doméstico.

"Somos terminamente contrários à utilização do gás natural no segmento domiciliar devido às contaminações presente no mesmo, que são causadores de sérios problemas de saúde para as populações envolvidas. Principalmente o mercúrio (Hg), que provoca sérios danos ao sistema nervoso central e ao sistema renal", alerta o pesquisador.

Carlos de Lima se manifestou após ler a notícia do Campo Grande News, onde o presidente da MSGás, Luís Landes, afirma que uma das saídas para que a empresa dê lucro no ano de 2003, é que seja implantado um programa 'criativo' no setor de co-geração de energia e distribuição para o consumo doméstico de gás natural. Já está sendo instalada uma micro-turbina na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) que irá gerar energia para todo o campus de Campo Grande, incluindo o Hospital Universitário. E já existem projetos para geração de energia elétrica a partir do gás natural com o Hospital Regional e com a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp). A MSGás também pretende investir no consumo residencial, já estão sendo assinados contrato com construtoras para o fornecimento de gás para quatro novos condomínios da capital.

O professor Carlos Roberto Lima coloca que o problema do Estado e do país não é de energia, mas sim de política e planejamento energético. "O Mato Grosso do Sul, bem como o Brasil, possui fontes renováveis de energia, como a energia da biomassa, eólica, solar e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), em quantidade e de melhor qualidade que este venenoso gás natural boliviano", salienta Lima. Carlos Roberto Lima, apesar de residir na Paraíba é natural de Três Lagoas e auxiliou a Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Três Lagoas na avaliação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Usina Termoelétrica de Três Lagoas, onde constatou inúmeras irregularidades, sendo uma delas a contaminação do gás natural boliviano por mercúrio. (Ecologia em Notícias)

Fonte: <http://www.ambientebrasil.com.br>

• AGROTÓXICOS SÃO RELACIONADOS COM O CÂNCER DE MAMA.

Segunda-feira, 28 de abril de 2003

*Por: Célia Hall - Editor Médico
24/04/2003*

Uma nova ligação foi encontrada entre o câncer de mama e os agrotóxicos. Conforme os doutores Belgas, as mulheres com câncer de mama são pelo menos cinco vezes mais provável de terem resíduos do pesticida DDT no sangue que aquelas que não têm.

Eles procuraram no sangue dos dois grupos analisados, níveis detectáveis de dois agrotóxicos organoclorados, o Dicloro Difenil Tricloroetano (DDT) e o hexaclorobenzeno (HCB). Quando o DDT se decompõe, forma outra substância química denominada DDE que se comporta como o estrogênio, um hormônio feminino.

O Dr. Charles Charlier, toxicologista do hospital Sart Tilman Hospital, Liege, discorreu hoje no jornal de Medicina Ocupacional e Ambiental que as mulheres que tiveram diagnóstico com câncer na mama, é mais provável que tenham cinco vezes mais resíduos de DDT e **nove vezes mais resíduos de HCB** no seu soro sanguíneo que o grupo de controle.

O DDT foi proibido na maioria dos países desenvolvidos. Na América desde 1972, mas pesquisas mostraram que estas substâncias podem permanecer ativas nos tecidos humanos durante 50 anos. E em vários países o HCB continua sendo usado.

O trabalho de Dr. Charlier foi baseado em 600 mulheres na Bélgica com suspeita de câncer de mama. Destas, 159 tiveram o câncer e concordaram em ter o seu sangue analisado para a pesquisa.

Ele requer mais pesquisas para descobrir como poderiam ser expostos os seres humanos aos organoclorados, particularmente pela alimentação que foram tratadas com agrotóxicos.

*Mensagem enviada por:
Joe Di Gangi - digangi@ync.net*

*Fonte:
News telegraph.co.uk
<http://www.dailytelegraph.co.uk/news/main.jhtml?xml=/news/2003/04/24/wddt24.xml&sSheet=/news/2003/04/24/ixworld.html>*

Tradução livre e Adaptação: ACPO

- **Manifestação marca dia das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.**

Terça-feira, 29 de abril de 2003

Trabalhadores contaminados pelo amianto foram os mais lembrados em ato realizado em frente à empresa do Grupo Saint-Gobain

Com o slogan “Relembrar os Mortos e Lutar pela Vida”, os cerca de cem manifestantes usavam camisetas pretas e acenderam velas diante de um caixão. “O protesto é em memória das vítimas de acidentes de trabalho e contaminações por amianto, sílica, mercúrio, radiações ionizantes, organoclorados (POPs) e pesticidas”, disse Fernanda Giannasi, coordenadora da Rede Virtual pelo Banimento do Amianto na América Latina. “A Saint-Gorbain, presente em 47 países e com 170 mil trabalhadores, representa a multinacional com duplo padrão. Enquanto na Europa promoveu a substituição do amianto desde 1997, continua explorando o mineral no Brasil, através da mineradora Sama, em Goiás, e da Eternit”... *(Maura Campanili)*

Clique aqui para ler a reportagem no Estadão:

<http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias/2003/abr/28/114.htm>

Imagem:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/imagens/28042003.jpg

Para mais informações e imagens:

<http://www.abrea.com.br/01informacoes.htm>

- **Ministério Público do Estado de São Paulo Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital.**

Quarta-feira, 30 de abril de 2003

Dr. Carlos Alberto de Salles instaura inquérito civil público sobre os **Aterros Bandeirantes e São João**, através da PORTARIA N.º 016/93 E 25.155/92, havendo [manifestação*](#) da ACPO sobre o tema da destinação do lixo industrial e doméstico que tem preocupado a população em todo mundo.

Clique aqui e veja a manifestação*:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/aterros.pdf

MAIO

• “Concordata ambiental” pode reduzir riscos?

Quinta-feira, 01 de maio de 2003

por Maria Luiza Machado Granziera

Passivos ambientais de empresas pedem tratamento jurídico diferenciado, para que o país supere a atual situação de alto risco de acidentes.

O despejo de substâncias tóxicas no rio Pomba, em Cataguazes-MG, responsável pelos danos ocorridos em toda a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, inclusive no litoral, não constitui um fato isolado: os passivos ambientais ainda não resolvidos - de indústrias, hospitais e lixões municipais - permanecem na natureza, como fantasmas a assombrar não só os empresários, mas as populações do entorno, a saúde pública, o abastecimento de água, a fauna, a flora e os recursos hídricos. Isso nos leva à constatação de que a atual situação ambiental no País, especialmente no que se refere aos resíduos sólidos, encontra-se aquém do desejável, considerando-se o vasto aparato legal e institucional já implementado.

Independente das ações legais em curso com a aplicação de multas e a prisão de um dos diretores das empresas envolvidas, o que encontramos de fato são erros inadmissíveis, como: 1. A falta de cuidado da indústria poluidora; 2. A falta de comunicação entre o órgão ambiental e o poluidor; além de 3. Da falha na fiscalização pelos órgãos públicos em período anterior ao acidente; e 4. Da falta de informações precisas, até agora, sobre quais substâncias foram realmente lançadas no rio. O assunto merece maior reflexão.

É bem verdade que, por um lado, têm sido adotados, em geral, processos industriais com tecnologias cada vez menos poluentes. O reuso da água é um exemplo. Em contrapartida, os chamados ^Ópassivos ambientais^Ô, relativos aos resíduos de processos produtivos já desativados, permanecem sem uma solução adequada. O resultado, como se está vendo em Cataguazes, é que o preço a ser pago na recuperação dos danos é muito mais alto que os gastos necessários à disposição adequada dos resíduos. Perde o Estado, em credibilidade, e perdem as empresas, cuja imagem fica negativamente marcada. Mas quem está realmente condenado a pagar essa conta, como ocorre em casos semelhantes, é a população afetada.

Diante desse quadro, é urgente que se dê novo enfoque à questão, levantando-se em conta os riscos iminentes, informando a população e prevenindo os acidentes. O que aconteceu no dia a dia de mais de 600 mil pessoas diretamente afetadas exige pensarmos o tema sob um enfoque mais pragmático sobre a finalidade de toda a

legislação ambiental. Proponho a implantação de uma política de resíduos sólidos industriais, baseada em um sistema de informações fornecidas pelos próprios empreendedores, às quais se dê publicidade, visando a transparência do processo, tanto nos inventários de resíduos como nas soluções efetivamente adotadas e os resultados obtidos. Esse sistema poderia fazer o diferencial em relação ao atual estágio, de paralisia generalizada, mas de alto risco.

Evidentemente, há dificuldades.

A questão nevrálgica a ser superada consiste na declaração de passivos, vista com muita temeridade pelos empresários. Afinal, de acordo com a legislação atual, o passivo enquadra-se como poluição, expondo as empresas e seus titulares a responsabilidades civis, administrativa e penal. Tal situação é a típica armadilha para todos: é importante saber o que está ocorrendo. Mas quem informar corretamente pode sofrer penalidades. Como sair desse impasse?

É necessário estabelecer a possibilidade de um tratamento jurídico específico para os passivos ambientais, efetuado-se uma separação clara entre o que é passado, mas potencialmente poluidor e os resíduos gerados nos atuais processos industriais, estes regidos pela legislação como está hoje fixada. O fundamento dessa "divisão" é o fato de que a legislação ambiental em vigor, completa e severa, é eficaz para obrigar a adoção de novos processos produtivos, mas não responde às necessidades, no que se refere aos resíduos existentes há longa data, estocados de forma inadequada. O resultado é que essa fonte potencial de acidentes permanece em situação irregular, sem uma destinação ambiental conveniente, pondo em risco o ambiente e a população em geral.

Assim, entendo como viável a decretação de uma "concordata ambiental", em que cada empresa, como contrapartida para solucionar definitivamente os problemas ambientais relativos ao passado, teria um prazo para declarar seu passivo e dar a ele um destino adequado, sem o risco de sofrer, nesse interregno, as punições fixadas na legislação ambiental, sobretudo na Lei 9.605/98, a Lei de Crimes Ambientais.

Evidentemente, essa proposta, além de embasamento legal, necessita do apoio dos vários segmentos envolvidos. A discussão sobre essa matéria, entre os representantes de órgãos e entidades, públicos e privados, interessados na matéria, é fundamental. Por outro lado, não discutir esse tema com a profundidade que merece, sob o simples fundamento de que é indisponível o interesse público, que envolve o meio ambiente, está nos levando ao pior de dois mundos: não se declaram os passivos, por receio de punições. E quando os acidentes ocorrem, é a sociedade quem paga a conta pelos danos havidos, mesmo sem saber, exatamente, a real extensão desses danos.

* *Maria Luiza Machado Granziera (<http://www.granziera.com.br>) é advogada da M. Granziera Consultoria S/C Ltda. Mestre e doutora em Direito pela Universidade de São Paulo, é também professora do curso de especialização em Direito Ambiental na Faculdade de Saúde Pública da USP e autora dos livros "Contratos Administrativos, Gestão, Teoria e Prática" e "Direito das Águas, Disciplina Jurídica das Águas Doces", publicados pela Editora Atlas.*

• PESQUISA DO GREENPEACE REVELA SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERIGOSAS NA POEIRA DOMÉSTICA.

Quinta-feira, 01 de maio de 2003

Novas pesquisas lançadas nesta quarta-feira (30) mostram que a poeira coletada em casas ao redor da Europa contém quantidades significativas de substâncias químicas perigosas, algumas ligadas, inclusive, ao câncer. O relatório Consumindo Substâncias Químicas ("Consuming Chemicals"), do Greenpeace, revela que algumas casas são contaminadas por substâncias químicas que ficam escondidas em utensílios domésticos utilizados diariamente pelos consumidores, como tecidos, televisões, cosméticos e brinquedos. *(Leia mais visitando o link abaixo).*

Fonte: Portal "Ambiente Brasil"

<http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=10533>

• Solo contaminado ameaça favela de SP.

Domingo, 04 de maio de 2003

Área da Sabesp onde vivem 450 famílias está em cima de até 15 milhões de litros de areia de fundição e borras oleosas

No início dos anos 90, elas invadiram uma área na Vila Prudente (zona leste de SP) e, desde então, vivem em condições impróprias e enfrentam problemas que vão desde guerras entre traficantes de drogas até incêndios frequentes.

Desconhecem, no entanto, o que o governo do Estado já sabe desde dezembro: que estão sob uma ameaça ainda pior. As cercas de 450 famílias da favela Paraguai moram em cima de uma região contaminada por resíduos industriais potencialmente tóxicos e até cancerígenos, correm risco de saúde e serão removidas...

MARIANA VIVEIROS
JOÃO CARLOS SILVA
DA REPORTAGEM LOCAL

Leia toda reportagem em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0405200301.htm>

- **Movimento contra Rhodia cobra providências da Secretaria Estadual da Saúde, enquanto multinacional é autuada mais uma vez por irregularidades, agora pelo Ministério do Trabalho.**

Sexta-feira, 09 de maio de 2003

O Movimento Metropolitano Contra o Lixo Tóxico da Rhodia, duas semanas após audiência com o presidente da CETESB Rubens Lara (quando cobrou providências quanto ao passivo ambiental) realizou na manhã de ontem - 7 de maio - mais uma importante audiência sobre a questão, desta feita com o Secretário Estadual da Saúde Dr. Luis Roberto Barradas Barata, ocasião em que mais uma vez o governo do Estado foi cobrado quanto à avaliação epidemiológica da população carente que reside nas imediações dos lixões químicos de responsabilidade da empresa ao longo do litoral sul de São Paulo.

O Movimento criticou o fato de que em outros episódios de contaminação ambiental por rejeitos industriais perigosos verificados nos últimos anos, as autoridades promoveram encaminhamentos concretos como a avaliação completa da saúde dos moradores expostos e até a remoção dos mesmos das áreas afetadas (citando como exemplo prático o episódio do "Recanto dos Pássaros" contaminado pela Shell no município de Paulínia no interior do Estado), enquanto que no "Caso Rhodia/Baixada Santista", 20 anos após a descoberta dos lixões químicos e das análises da CETESB apontarem a contaminação de poços artesianos, produção hortifrutigranjeira e pescado nas redondezas, com a intoxicação dos moradores pelos poluentes (em especial o Hexaclorobenzeno - HCB) confirmadas pelos trabalhos iniciais do "Projeto Samaritá", ainda não existe um diagnóstico final e conclusivo em virtude da interrupção deste último.

O Movimento apresentou ao Secretário Barradas Barata, como ponto de partida para a retomada da avaliação epidemiológica, a proposta de realização de um Seminário para atualização dos dados disponíveis sobre a questão e o encaminhamento posterior de medidas de investigação clínica da população exposta, acolhendo sugestão apresentada ao Movimento e ao próprio Dr. Di Renzo pelo médico sanitário responsável pelo Centro de Controle de Intoxicações (CCI) de Santos, Dr. Alfredo Scaff. O Secretário Barradas Barata aprovou a iniciativa e incumbiu o Dr. Di Renzo das providências para realização do Seminário, que com a concordância de todos os presentes na audiência teve aprovada a participação direta dos representantes do Movimento nos trabalhos de preparação e execução do mesmo. O Dr. Di Renzo declarou considerar importante - em decorrência da experiência acumulada pela entidade em questões de exposição humana a poluentes industriais tóxicos, em

especial de substâncias organocloradas - a participação nestes trabalhos de membros da Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional - ACPO (entidade formada por operários intoxicados cronicamente pelos poluentes da Rhodia e integrante do Movimento), representada na audiência pelos diretores Jeffer Castelo Branco e João Carlos Gomes.

O Movimento considera crucial a retomada do "Projeto Samaritá" como forma de produção de provas que permitam - a exemplo do Estudo de Caso realizado pela Vigilância Sanitária de Paulínia na população do "Recanto dos Pássaros" contaminado pela Shell - a responsabilização da Rhodia quanto às possíveis doenças e agravos à saúde provocados às populações da Baixada Santista expostas aos resíduos industriais tóxicos da empresa. O quadro atual, em que as pessoas potencialmente atingidas têm que recorrer aos serviços públicos do SUS e do INSS em virtude da inexistência de uma avaliação conclusiva da situação em termos denexo de causalidade, tem permitido à Rhodia esquivar-se de quaisquer obrigações neste sentido - ao contrário do observado na área ambiental - numa situação qualificada pelo Movimento como "privatização dos lucros e socialização dos prejuízos". A avaliação sobre o resultado da audiência por parte do Movimento foi considerada como animadora, e a posição do atual Secretário Barradas Barata como elogiável, ressaltando-se no entanto a necessidade de um maior entrosamento nestas questões entre a agência ambiental paulista e os órgãos de saúde, preocupação já manifestada pelo Movimento a Rubens Lara na audiência com o mesmo em 23 de abril passado.

Paralelamente aos desdobramentos nas áreas de meio ambiente e de saúde pública que podem comprometer ainda mais a situação da empresa quanto às implicações do Caso Rhodia, a multinacional mais uma vez deve ser autuada por irregularidades pelos órgãos públicos de fiscalização, desta feita pela Auditoria Fiscal do Ministério do Trabalho. Na manhã desta sexta-feira - 9 de maio - a multinacional deve ser autuada pela Delegacia Regional do Trabalho por ter abolido sua Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA na fábrica interdita de Cubatão, local que passa por trabalhos de descontaminação do sub-solo e do lençol freático e que ainda abriga - a exemplo de áreas externas contaminadas como a chamada "Estação de Espera" localizada às margens da rodovia Pe. Manuel da Nóbrega - milhares de toneladas de material tóxico e poluente, oferecendo riscos aos operários da própria Rhodia e de empresas terceirizadas envolvidos nestes trabalhos. A Rhodia também estaria tentando alterar sua caracterização no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, em iniciativa considerada irregular.

A Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional - ACPO, autora da denúncia sobre estas irregularidades ao Ministério do Trabalho, pretende aproveitar a ocasião para protestar em frente à empresa contra a negligência recorrente da Rhodia quanto aos aspectos de higiene e segurança, mesmo passados quase 10 anos da interdição da

fábrica. Em 13 de janeiro do ano passado (quase 9 após sua interdição), a Rhodia já havia sido autuada pela CETESB pelo vazamento de uma grande quantidade de tetracloreto de carbono (produto tóxico), solvente ainda presente naquele momento nas corroídas instalações da fábrica.

• **DEPUTADOS FEDERAIS PROPÕEM CPI DAS ÁREAS CONTAMINADAS.**

Segunda-feira, 12 de maio de 2003

REQUERIMENTO DE CPI N.º DE 2003

(dos Srs. Luciano Zica, Dr. Rosinha, Walter Pinheiro, Luiz Alberto e Fernando Gabeira)

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades no uso e na fiscalização dos terrenos utilizados como depósitos de resíduos perigosos sólidos, líquidos e gasosos e o risco ao meio ambiente e a saúde humana causado por este tipo de disposição final destes produtos.

Sr. Presidente,

Nos termos do § 3º artigo 58 da Constituição Federal e na forma do artigo 35 do Regimento Interno, os signatários do presente, vêm à presença de Vossa Excelência requerer a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias de irregularidade no uso e na fiscalização dos terrenos utilizados como depósitos de resíduos perigosos sólidos, líquidos e gasosos e o risco ao meio ambiente e a saúde humana causado por este tipo de disposição final destes produtos.

Justificação

“A proteção ambiental visa à preservação da Natureza em todos os elementos essenciais à vida humana e à manutenção do equilíbrio ecológico, diante do ímpeto predatório das nações civilizadas, que, em nome do desenvolvimento, devastam florestas, exaurem o solo, exterminam a fauna, poluem as águas e o ar.” [\[1\]](#)

A imprensa brasileira noticia, quase que diariamente, casos de contaminação de terrenos por produtos químicos que foram enterrados, clandestinamente, por indústrias químicas ou pelos fabricantes de bens de consumo que utilizam produtos desta natureza em sua linha de produção. Para que possamos argüir sobre o tema se faz necessário uma breve "viagem" na história da indústria química e petroquímica do Brasil.

Cubatão, que em Tupi significa "Pequena elevação no sopé da cordilheira", é um pequeno município, com 148 km de extensão localizado em um fundo de vale, em espaço geográfico formado por 57% de serras, 25% de mangues e 18% de planícies e mangues aterrados.

Em uma área de 26 Km², dentro de limites da Mata Atlântica e de manguezais, ecossistemas extremamente biodiversificados e frágeis, construiu-se o maior pólo petroquímico e siderúrgico do País.

Na década de 50, implantou-se a primeira refinaria da PETROBRÁS - a Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão e em 1965 entra em funcionamento a Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA. Na década de 70 cresceu a presença das indústrias petroquímicas e de fertilizantes. No total, são 23 indústrias de ponta, nove das quais de produtos químicos, como a RHODIA S/A, transnacional do grupo RHÔNE-POULENC e sete indústrias de fertilizantes.

Cubatão era área de Segurança Nacional, comandada e administrada por militares que para promover o então chamado "milagre econômico" permitiram a transgressão de qualquer lei ou direito - dos direitos humanos ao direito ambiental.

Neste período da história brasileira, a degradação da liberdade e da cidadania foi simultânea à degradação devastadora do meio ambiente.

Em 1966 entra em operação a unidade fabril da CLOROGIL em Cubatão, estado de São Paulo, voltada à produção de solventes e fungicidas clorados, com a produção de 950 toneladas/ano. O processo produtivo liberava cerca de 2.6 toneladas/dia de resíduos tóxicos. Era o prenúncio do "Vale da Morte" no que Cubatão seria transformada pelas multinacionais do setor químico e petroquímico.

Em 1971 tem início o processo de instalação de uma nova unidade sob responsabilidade industrial da RHÔNE-PROGIL. Em 1974 começa a produção de 5.400 toneladas/ano de Tetracloreto de Carbono (CCl₄), 3.600 toneladas/ano de Percloroetileno (C₂Cl₄) e 26.000 toneladas/ano de Ácido Clorídrico, gerando mais de 500 toneladas/ano de resíduos tóxicos, principalmente hexaclorobenzeno (HCB) e hexaclorobutadieno (HCBD).

Além do HCB e do HCBD a produção gerava outros resíduos como o Tetraclorobenzeno, o Clorofórmio, o Tricloroetileno entre outros.

Estes resíduos, em torno de 53 toneladas/mês, foram lançados clandestinamente numa vala localizada nos fundos da área fabril, especialmente escavada para este fim e que suportou o descarte de 5.000 toneladas.

Preenchida a vala inicial, o lixo residual era descartado aleatoriamente na área fabril ociosa até atingir o volume assombroso de 15 mil toneladas.

Atingido os limites da área da fábrica para o lançamento dos resíduos, a Rhodia passou a despejá-los criminosamente em áreas escolhidas nos municípios da região.

A partir de 1975, a Clorogil, sob nome de RHODIA, herda o passivo ambiental da antiga fábrica implantada em 1965 que produzia 950 t/ano de solventes e fungicidas

Clorados. Vale lembrar que esta produção gerava 2.6 toneladas/dia de resíduos tóxicos.

Como resultado deste processo de instalação do pólo em 1978, a imprensa brasileira divulgou à sociedade dados sobre as intoxicações dos trabalhadores, que vinha ocorrendo desde 1966, onde muitos apresentavam hepatite crônica, cloracnes e alterações no sistema nervoso.

Em 1993, a morte de mais um funcionário da Rhodia por intoxicação de hexaclorobenzeno, resíduo de produção de Tetracloreto de Carbono e Percloroetileno, levou a empresa a submeter os 159 indivíduos que trabalhavam na unidade de Cubatão a realização de exames de sangue, tendo como resultado um assombroso quadro de 117 operários contaminados.

No dia 05 de fevereiro de 1993, uma denúncia feita ao Ministério Público indicava que no interior da unidade química da Rhodia existia um fosso de escavação contendo material poluente. O grau de contaminação era incompatível com a presença humana na área, tendo inclusive atingido o lençol freático. Todos os operários da unidade foram contaminados pelo Hexaclorobenzeno, inclusive com óbito de sete funcionários. Esta unidade teve sua interdição efetuada em 7 de junho de 1993.

Em 20 anos de operação, o passivo ambiental da Rodhia em Cubatão pode ser expresso em 40 mil moradores, só na área continental de São Vicente, contaminados por organoclorados devido às cavas químicas clandestinas, dezenas de mortos, 2 milhões de metros quadrados de solo e de água contaminados e 300 mil toneladas de lixo químico poluente. O custo estimado para reparação dos danos é da ordem de 1 bilhão e meio de dólares.

Assim como o caso do município de Cubatão, recentemente a imprensa brasileira trouxe à baila a situação do município de Paulínia, no interior de São Paulo, onde ocorreu uma série de derramamentos de produtos químicos e o aterramento clandestino de toneladas de resíduos químicos. Nos últimos 20 anos a extinta unidade de produção de fertilizantes e pesticidas da SHELL Química em Paulínia contaminou os lençóis freáticos e pode ter atingido o rio Atibaia, manancial de abastecimento da região, acima da captação do município de Sumaré, que atende ao abastecimento de mais de 150 mil habitantes. Tanto o aterro quanto os derrames de produtos químicos foram mantidos em segredo até 1994, época em que a Indústria petroquímica Shell decidiu vender a fábrica para outra gigante internacional, a CYANAMID. Neste negócio milionário, uma das exigências do contrato de venda era que a Shell apresentasse o seu balanço financeiro e o seu passivo ambiental, o quê se obtém através da realização de uma auditoria ambiental. E nessa fase das negociações constatou-se a contaminação das áreas vizinhas à unidade química. Esta auditoria é um requisito mundialmente exigido nas transferências acionárias ou na aquisição de unidades fabris na indústria química e petroquímica. Na época, a Shell reconheceu sua responsabilidade nos acidentes ambientais ocorridos, mas minimizou sua extensão.

A pedido da promotoria de meio ambiente, a Faculdade de Química da UNICAMP analisou, na época, os laudos da auditoria ambiental e, em nota técnica, declarou que

"Os acidentes ecológicos assumidos pela Shell confirmaram a contaminação do lençol freático por solventes. No curso das investigações, surgiu a questão da contaminação pelos pesticidas drin's". Estes organofosforados da família dos drin's (Aldrin e Dieldrin entre outros) são utilizados na fabricação de pesticidas e na década de 70 foram banidos da Europa e dos Estados Unidos. No Brasil, continuaram a ser utilizados até 1989 quando a lei n.º 7.802 restringiu sua fabricação. São substâncias que destroem microorganismos no solo e provocam desequilíbrios ecológicos. No organismo humano causam doenças de estômago e câncer.

Em julho de 2000, o jornal Correio Popular, do município de Campinas, noticiou os fatos novamente, mas nada foi feito de concreto para impedir a contaminação dos moradores que continuaram a morar nas redondezas. Neste caso, como em outros, várias questões necessitam de uma maior averiguação: Por que a Curadoria do Meio Ambiente não exigiu que o fato se tornasse público em 1996, alertando, com essa atitude, os moradores usuários da água e dos alimentos por ela irrigados? A contaminação do rio Atibaia, não poderia ser evitada? Porque a Shell, na época, não foi enquadrada em Crime de responsabilidade?

Em meados de abril de 1999, a sociedade do Município de Formiga, estado de Minas Gerais, localizou, nas nascentes do Rio Formiga, um ponto de desova de resíduos industriais classe III, inerte e resíduos sólidos classe I, perigoso, assim classificados de acordo com a norma ABNT, NBR 10004. Logo a seguir foram encontrados mais três pontos de disposição final inadequada de resíduos com a mesma composição gravimétrica do lixo encontrado no primeiro ponto de desova. Estes pontos, devido à quantidade de lixo encontrada, estavam sendo utilizados aproximadamente há dois anos pela FIAT - montadora de automóveis com sede em Betim, Minas Gerais. Ressalta-se que a referida montadora possui certificado ISO 14001, o ISO ambiental. Em contato com o INMETRO, órgão brasileiro responsável por habilitar as empresas de certificação, fomos informados que o certificado ISO 14001 foi fornecido pela BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda., com sede no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, a certificadora não realiza, como determina a norma técnica ISO 14001, as auditorias ambientais regulares para identificação de desvios ou falhas no Sistema de Gestão Ambiental – SGA - da empresa certificada.

Neste sentido, a Promotoria de Justiça de Minas Gerais determinou, através de termo de ajustamento de conduta, que o resíduo fosse retirado até o dia 31 de dezembro de 1999. Entretanto, o lixo continua lá até hoje.

Existem, hoje, no Brasil indícios de contaminação química em pelo menos 5 estados da Federação, fruto da disposição final inadequada e clandestina em terrenos sem os devidos cuidados, em conformidade com as normas técnicas de engenharia e de controle ambiental. Vale ressaltar que, em alguns casos, como no Município de Santo Antônio de Posse, os aterros são licenciados pelo órgão ambiental estadual, porém o mesmo não executa vistorias de fiscalização regulares. Como resultado desta negligência aos critérios técnicos de operação de aterros, tem-se, via de regra, a

contaminação do lençol freático, do solo e da população residente nas proximidades aterra.

Ressalta-se aqui a responsabilidade dos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente, SISNAMA, e Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde, SINVAS, no âmbito de suas competências, no tocante aos procedimentos de controle, fiscalização e licenciamento das atividades potencialmente causadoras de dano ambiental e à saúde pública.

Lembramos aqui a vigilância ambiental como conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco e das doenças e outros agravos de saúde relacionados ao ambiente e às atividades produtivas.

Desde 1981, com a promulgação da Lei 6.938, que "...dispõe sobre a política nacional de Meio Ambiente", o Brasil possui diploma legal para coibir estes tipos de danos ao meio ambiente e à saúde humana. Em seus artigos 14 e 15 a lei determina que "...o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: ... III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; IV - à suspensão de sua atividade". E sem obstar, na aplicação das penalidades previstas no artigo 15, é o poluidor obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados, ao meio ambiente e a terceiros, por sua atividade. Determina ainda a lei que o "poluidor que expuser a perigo a incolumidade humana, animal ou vegetal ou estiver tornando mais grave situação de perigo existente, fica sujeito à pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa".

Existem atualmente cerca de 10 milhões de substâncias químicas, das quais umas 100.000 são de uso difundido, e, a cada ano, entre 1.000 e 2.000 novas substâncias chegam ao mercado. Geralmente estas substâncias são componentes de produtos comerciais. O número destes é de um a dois milhões nos países industrializados e 1/3 deles mudam de composição a cada ano, como resultado dos altos investimentos realizados em pesquisa e desenvolvimento, que é uma característica marcante do setor.

A América Latina é a segunda região do planeta em importância entre os países em desenvolvimento, no que diz respeito ao comércio de produtos químicos (a primeira é a Ásia, com destaque para China e Índia). Entre 1987 e 1994, o valor das exportações dos países da região passou de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 7,0 bilhões, evidenciando o êxito em seus esforços de ascender aos mercados dos países desenvolvidos. O aumento das exportações destes países foi mais rápido que o crescimento de sua produção, cifrada em US\$ 49 bilhões em 1986 e US\$ 67 bilhões em 1990. Os maiores produtores da região são o Brasil, México e Argentina, seguidos por produtores menores como Colômbia e Venezuela.

Para acompanhar esta situação se faz necessário que seja implantado no Brasil um programa de Gestão de Segurança Química nos moldes estabelecidos pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ECO-92.

Devido ao exposto e por entender que a situação da gestão de segurança química no Brasil está aquém da prática necessária para este seguimento industrial e que cabe a uma CPI, dentre outras atribuições, coletar informações para propor os ajustes legais cabíveis à situação em comento, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões de 2003

Luciano Zica
Deputado Federal PT/SP

Walter Pinheiro
Deputado Federal PT/BA

Doutor Rosinha
Deputado Federal PT/PR

Luiz Alberto
Deputado Federal PT/BA

Fernando Gabeira
Deputado Federal PT/RJ

[1] in, MEIRELLES, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro, 18ª Ed., pág. 489, Malheiros, 1993

• Pesquisadores do governo dos EUA disseram hoje que fazendeiros usuários de determinados tipos de pesticida têm mais chances de desenvolver câncer de próstata.

Sexta-feira, 16 de maio de 2003

O estudo publicado no "American Journal of Epidemiology" revelou que o risco de desenvolver a doença é 14% maior nos homens que aplicam o pesticida do que nos demais homens.

Pesquisadores do NCI (National Cancer Institute), do National Institute of Environmental Health Sciences e da Agência de Proteção do Ambiente dos EUA estudaram 55.332 fazendeiros ou trabalhadores com câncer de próstata que lidavam com pesticida.

Segundo eles, entre 1993 e 1999, 566 homens desenvolveram o câncer, contra 495 que seriam normalmente esperados nos Estados americanos de Iowa e Carolina do Norte.

Os estudiosos descobriram que um tipo de pesticida, o metilbrometo, aumentou o risco de câncer de próstata em todos os homens.

Outras seis espécies de substâncias para o combate a pragas elevou o risco nos homens com histórico familiar de câncer de próstata.

Mais de 220 mil homens norte-americanos já foram diagnosticados com câncer de próstata este ano, segundo a Sociedade Americana de Câncer, e 30 mil vão morrer em decorrência da doença.

Os principais fatores de risco do câncer de próstata são a idade e predisposição genética. O índice de homens negros com câncer de próstata é maior do que nos demais. Aqueles que comem muita carne vermelha e gordura animal, acredita-se, também têm maiores chances de desenvolver a doença.

*Mensagem enviada por Délcio Rodrigues
Extraída da Folha On Line*

• **Mil bebês brasileiros Envenenados pelo Mercúrio.**

Terça-feira, 20 de maio de 2003

"...O instituto testou o sangue de todos os 1666 bebês nascido durante 2002 entre o três hospitais da cidade e achou 1000 deles contaminados. Algumas das crianças tiveram 80 partes por milhões (ppm) de mercúrio no sangue. O nível aceitável mais alto, de acordo com a Organização de Saúde Mundial, é 30 ppm..."

Contaminação por mercúrio na região do Rio Tapajós/Brasil é notícia internacional:
<http://ens-news.com/ens/may2003/2003-05-20-01.asp>

• **Movimento Metropolitano Contra o Lixo Tóxico da Rhodia marca Audiência Pública para o Dia Mundial do Meio Ambiente e formaliza convite para participação à Secretária da Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente.**

Quarta-feira, 21 de maio de 2003

Nesta quarta-feira 21 de maio, o vereador de São Vicente/SP Alfredo Moura (PPS) - presidente da Comissão Especial de Vereadores (CEV), constituída naquele município para apurar as conseqüências dos despejos clandestinos de lixo tóxico da multinacional francesa instalada no pólo petroquímico de Cubatão - representando o Movimento Metropolitano Contra o Lixo Tóxico da Rhodia, esteve em audiência em Brasília com a Secretária da Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente, Dra. Marijane Vieira Lisboa.

Na pauta do encontro, a cobrança pelo vereador vicentino quanto aos encaminhamentos dados pela respectiva Secretaria do MMA, em conseqüência dos

requerimentos protocolados em abril do ano passado junto à antiga titular da pasta, Dra. Mariza Verbetto, solicitando providências sobre o grave problema ambiental e de saúde pública que se arrasta há mais de duas décadas sem solução adequada. Na ocasião, o vereador também formalizou convite para a atual Secretária visando sua participação na Audiência Pública que será realizada no próximo dia 5 de junho - Dia Mundial do Meio Ambiente - a partir das 09:30h nas dependências da Câmara Municipal de São Vicente, a cidade mais atingida pelos despejos clandestinos.

JUNHO

• AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Quarta-feira, 07 de junho de 2003

Encontro discute efeitos do lixo químico

*Da Reportagem
Nilson Regalado*

Para buscar soluções definitivas para os efeitos do desastre ambiental provocado pela Rhodia na região entre as décadas de 60 e 70, a organização não-governamental (ONG) que reúne vítimas da contaminação e a Câmara de São Vicente promovem hoje, a partir das 9 horas, a audiência pública Caso Rhodia Baixada Santista.

Ex-funcionários da multinacional francesa alegam que ainda sentem os efeitos da manipulação dos organoclorados e temem que as seqüelas possam estar sendo passadas geneticamente para seus descendentes. A ONG exige a retomada dos exames médicos em todos os moradores das 11 áreas identificadas como antigos lixões da Rhodia.

Leia a reportagem clicando aqui:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/audiencia_publica.htm

No dia 06 trabalhadores da Rhodia realizaram manifestação enfrente a empresa em homenagem aos dez anos de fechamento da empresa Rhodia e antecipando o **Dia da Ação Global Anti-Incinerção (GDA)** que será realizada no dia 14 de julho de 2003 em vários países do mundo (<http://www.no-burn.org>).

• 33 PAÍSES RATIFICAM A CONVENÇÃO DOS POPs.

Terça-feira, 10 de junho de 2003

Gana e Bolívia ratificam a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs). Restam 17 partes para que a Convenção tenha força de lei internacional.

Cynthia Palmer Olsen – WWF

- **Mortalidade por câncer na região urbano-industrial da Baixada Santista, SP (Brasil) – (<http://www.scielosp.org>).**

Quarta-feira, 11 de junho de 2003

Cancer mortality in industrial area of Southeastern region of Brazil

Marcília de A M Faria, José Wilson R de Almeida e Dirce M T Zanetta

Para baixar o trabalho clique aqui (pdf):

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/cancer.pdf

- **Nestlé ameaça águas minerais no sul de Minas.**

Segunda-feira, 30 de junho de 2003

As águas minerais da cidade de São Lourenço, uma das mais famosas estâncias hidrominerais do país, no sul de Minas Gerais, estão sendo gravemente ameaçadas pela superexploração. Segundo o grupo Vigilância Permanente das Águas, desde que a Nestlé passou a controlar comercialmente as águas da cidade, ao adquirir a empresa Perrier Vittel, em 1992, mais de 250 mil litros de água passaram a ser retirados diariamente, causando um rebaixamento acentuado dos níveis dos lençóis freáticos e a perda das tradicionais propriedades minerais da água da região. Para combater a perda das propriedades minerais da água, a Nestlé está adicionando sais e adulterando a água vendida.

A cidade de São Lourenço com o apoio do Movimento de Cidadania pelas Águas está combatendo a superexploração e já conseguiu duas audiências públicas contra a Nestlé. Além disso, a Companhia de Águas de São Lourenço (pertencente á Nestlé) está sendo processada pelo Ministério Público de MG, (Processo 637.01.0101.255-6, 2a. Vara Judicial da Comarca de São Lourenço, MG).

*Movimento Cidadania Pelas Águas - São Lourenço, MG
Mensagem encaminhada pela Rede de Justiça Ambiental*

- **CÂMARA DOS DEPUTADOS.**

Segunda-feira, 30 de junho de 2003

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

A Presidente da Comissão, Deputada Zulaiê Cobra, fez a seguinte designação de relatoria nesta data: 12/06/2003

DESIGNAÇÃO Ao Deputado Fernando Gabeira

MENSAGEM Nº 190/03 - do Poder Executivo - que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adotado naquela cidade em 22 de maio de 2001."

Leia na íntegra:

http://www.camara.gov.br/Internet/comissao/index/perm/CREDN/Designacoes_12_06_03.html

- **Justiça manda Rhodia Brasil Ltda., Usina Química de Cubatão, Reintegrar 26 Trabalhadores Doentes.**

Segunda-feira, 30 de junho de 2003

A Exma. Sra. Juíza da 1ª Vara da Comarca de Cubatão Dra. Simone Curado Ferreira Oliveira acatou a petição do Ministério Público do Estado de São Paulo assinado pela Exma. Sra. Promotora de Justiça Dra. Liliane Garcia Ferreira, e prolatou sentença que obriga a empresa Rhodia Brasil Ltda., responsável por um dos maiores casos de contaminação ambiental que se tem notícia, a REINTEGRAR 26 trabalhadores com quadro clínico adverso, suspeito de serem advindo da exposição laboral aos agentes tóxicos cancerígenos e mutagênicos e interferente hormonais, fundamentada no Termo de Ajustamento de Conduta N.º 249/93 assinado pelas partes.

ACPO

JULHO

- **AMÉRICA DO SUL DISCUTE REGISTRO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS.**

Quarta-feira, 02 de julho de 2003

Países sul-americanos discutem em São Paulo formas de cadastrar as emissões e transferências de poluentes industriais

São Paulo - Representantes de nove países da América do Sul estiveram reunidos, entre 24 e 25 de junho de 2003 em São Paulo, para discutir a formulação de inventários nacionais de emissões de substâncias químicas, mecanismo de controle de poluição recomendado por organismos como o Fórum Intergovernamental de Substâncias Químicas e acordos internacionais, como a Convenção de Estocolmo, sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs). Os Registros de Emissões e Transferência de Contaminantes (RETCs) consistem em um sistema de informações sobre uma relação de substâncias, escolhidas por cada país, sobre as quais as empresas devem informar a destinação - (veja matéria no Estadão clicando aqui: <http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias/2003/jun/24/133.htm>).

A ACPO esteve presente no evento representando a IPEN - International POPs Elimination Network, nos limites da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), e também pode contribuir com sugestões, neste tão importante evento que poderá mapear as emissões tóxicas perigosas e facilitar as autoridades na tomada de decisões, bem como mostrar a população em geral os riscos de intoxicação que por ventura poderão estar expostos.

Documento base da ACPO:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/prtr.pdf

Documento elaborado pelas ONGs no Evento:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/prtr_do_ppt.pdf

• **Projeto de Lei da Deputada Estadual Professora Maria Lúcia Prandi pede o banimento do percloroetileno (tetracloroetileno C₂Cl₄), substância tóxica organoclorada, potencialmente cancerígena e interferente hormonal.**

Quarta-feira, 09 de julho de 2003

Prandi quer banimento de produto tóxico

Preocupada com as graves conseqüências da manipulação do **tetracloroetileno**, a deputada estadual Maria Lúcia Prandi quer banir a comercialização e o uso da substância tóxica em atividades industriais, no Estado de São Paulo. Para tanto, apresentou o Projeto de Lei 473/03, que estabelece prazos para o fim do uso e fixa multas para os infratores. A substância é sintetizada em larga escala pelo homem e sua manipulação pode provocar alterações comportamentais e físicas, cirrose, arritmias cardíacas e vários tipos de câncer, entre outras graves enfermidades.

“Informações dão conta de que o Brasil consome aproximadamente 12 mil toneladas/ano do produto. Com o conhecimento que se tem hoje, não se pode admitir a continuidade do uso”, enfatiza a deputada Prandi.

O tetracloroetileno é usado como solvente desengraxante de metais na indústria, principalmente automobilística e de autopeças. Tem também crescido a sua utilização no processo de lavagem a seco, atividade que já responde pelo consumo de 4% do produto no País.

Segundo explica Maria Lúcia Prandi, o PL 473/03 foi apresentado por sugestão da ACPO (Associação de Combate aos Poluentes Orgânicos Persistentes). “A entidade tem tradição de atuação em defesa dos trabalhadores contaminados da Rhodia e contra os lixões químicos da empresa. Com profundos conhecimentos e firme atuação, a ACPO apresentou os subsídios para a elaboração da propositura, oferecendo mais esta contribuição à luta em defesa da saúde e do meio ambiente saudável”, destaca.

COMO FICA - Entre outros aspectos, o Projeto de Lei 473/03 proíbe a instalação de novas máquinas industriais de lavar roupa que operem com tetracloroetileno, só ou diluído, em qualquer quantidade, assim como veda uso da substância em qualquer outra atividade, comercial ou industrial.

“Todas as máquinas já instaladas deverão ser substituídas ou adaptadas, até 31 de dezembro de 2005, para funcionar com outras substâncias que estiverem de acordo com a legislação. Mais ainda: todas as empresas que comercializam, compram, vendem, estocam e manuseiam o produto deverão adotar medidas preventivas para eventual diagnóstico precoce de doenças que possam vir a afetar os trabalhadores.

“Quem desrespeitar a lei estará sujeito a multas que podem chegar a 1.200 UFESPs - Unidade fiscal do Estado de São Paulo”, enfatiza Maria Lúcia Prandi, acrescentando que o infrator poderá ainda estar sujeito a outras penalidades previstas na legislação brasileira.

AMEAÇA À SAÚDE - As primeiras manifestações de intoxicação aguda pelo tetracloroetileno aparecem na forma de alterações comportamentais e físicas, acompanhadas de dores de cabeça, tontura, falta de coordenação motora, perda da inibição e depressão. Ainda de acordo com as informações repassadas pela ACPO à deputada Prandi, o tetracloroetileno é hepatotóxico, podendo provocar necrose do centro lobular e cirrose. Em altas concentrações, há evidências de efeitos nefrotóxicos com necrose tubular dos rins e edema agudo do pulmão.

“Pode afetar, ainda, o coração, por ação depressora do miocárdio, tornar os ventrículos vulneráveis e provocar arritmias. Pela ação desengordurante, provoca severas reações de pele, como queimaduras, ressecamento, rachaduras e infecções. Além disso, estudos constatam o aumento do câncer pulmonar, cervical e de pele, maior prevalência de câncer genital, de rins, de bexiga, pele e linfossarcomas, em comparação com trabalhadores de outras atividades e com a população em geral.

Clique aqui e leia o Projeto 473/03 na íntegra:
http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/pl_4732003.htm

**• PROTESTOS EM TODO MUNDO CONTRA A INCINERAÇÃO
PRESSÁGIO DO FIM DE UMA TECNOLOGIA MORTAL.**

Segunda-feira, 14 de julho de 2003

É a maior ação em nível mundial já realizada contra a incineração

São Paulo, 14 de julho de 2003

Mais de 200 grupos em 62 países levarão a cabo hoje ações contra a incineração de resíduos, buscando advertir os Governos que se esgotou o tempo de validade desta controversa tecnologia, sendo descabido o esforço do lobby industrial que tenta agregar "valores" aos seus perigosos fornos como se fossem modernos equipamentos geradores de energia ou sistemas térmicos inovadores de tratamento.

No dia 05 e 06 de junho de 2003, o Dia Mundial de Ação contra a Incineração foi lembrado pela ACPO na audiência pública realizada na cidade de São Vicente e também na manifestação lembrando 10 anos de fechamento da poluidora fábrica da Rhodia de Cubatão que despejou indiscriminadamente cerca de 17 mil toneladas de agentes tóxicos conhecidos como POPs - Poluentes Orgânicos Persistentes em vários pontos por toda Baixada Santista/SP - Brasil. Hoje estamos enviando o presente release aos Meios de Comunicação, Redes virtuais de internet, Personalidades públicas e da política com poder de decisão, Órgãos Públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário, alertando-os sobre os perigos que representa a tecnologia de incineração. Também estaremos levantando o tema para debate no evento "Áreas Contaminadas" que se realizará no SESC Santos, no dia 15 de julho de 2003 das 14:00 às 20:00 horas - com patrocínio da Secretaria de Estado da Saúde.

"Desesperados para assegurar a sobrevivência de sua indústria decadente e em estado agonizante, os promotores da tecnologia de incineração estão se esforçando para reinventar seus equipamentos dotando-os de artifícios técnicos (maquiagem verde) para tentar esconder sua nocividade, entre elas estão os incineradores como fonte de energia limpa e renovável ou "novas" variantes como a pirólise ou a gaseificação, nomes diferentes para um mesmo processo velho e desacreditado" - diz Ann Leonard, co-coordenador da Rede GAIA - Aliança Global Anti-Incineração, Entidade que consiste em uma coalizão que reúne mais de 375 grupos em 77 países que lutam contra o desperdício e a queima de recursos renováveis.

Leia o texto acima na íntegra:
<http://acpo.org.br/site/GDA---2003.php>

Leia o resumo em português do documento "Waste Incineration: A Dying Technology":
<http://acpo.org.br/site/Incinera%E7%E3o-de-Res%EDduos.php>

• **SEMINÁRIO SOBRE ÁREAS CONTAMINADAS E SAÚDE.**

Quarta-feira, 16 de julho de 2003

Por determinação do Sr. Secretário de Estado da Saúde Dr. Barradas Barata, aconteceu no dia 15 de julho de 2003 no SESC em Santos o Seminário sobre Áreas Contaminadas e Saúde. Técnicos da FUNASA, GVS da Capital, CCI de Santos entre outros fizeram exposições sobre o desenvolvimento de metodologias para avaliação em saúde para o caso de áreas contaminadas e também houve apresentações sobre os problemas propriamente dito da região da Baixada Santista. Houve consenso dos palestrantes do litoral quanto a necessidade de um levantamento epidemiológico e monitoramento em face da contaminação ambiental por substâncias tóxicas (hormônios ambientais) na Baixada Santista. Em breve apresentaremos uma transcrição das principais palestras.

• **Relatório Brasileiro sobre os Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais.**

Sexta-feira, 18 de julho de 2003

Dia 17 a Plataforma DhESC Brasil, o Programa das Nações Unidas para o Voluntariado e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, realizaram o lançamento em São Paulo no auditório da POLIS do Relatório Brasileiro sobre os Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais: Meio Ambiente, Saúde, Educação, Moradia Adequada e Terra Urbana, Trabalho, Alimentação, Água e Terra Rural, elaborado pelos relatores(as) nacionais, respectivamente, Jean-Pierre Leroy, Eleonora Menicucci, Sergio Haddad, Nelson Saule Jr, Lucila Bandeira Beato e Flavio Valente. O relatório foi apresentado à Comissão de Direitos Humanos da ONU, em abril, e durante a VIII Conferência Nacional de Direitos Humanos, em junho. O relatório destinou um importante espaço sobre as áreas contaminadas por resíduos químicos tóxicos sob o aspecto da nova visão ampliada em Direitos Humanos.

AGOSTO

• AUDIÊNCIA PÚBLICA – PERCLOROETILENO.

Sábado, 02 de agosto de 2003

Dia 01 a ACPO atende a segunda consulta pública sobre o banimento do agente cancerígeno utilizado em lavanderias o percloroetileno, realizada pela ANVISA:

*ILMO. SR. PRESIDENTE DR. CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES
E MEMBROS DA DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA*

*SEPN 515, Bloco "B" Ed. Ômega, Asa Norte
CEP 70.770.502 - Brasília, DF*

Fax: (061) 448-1197 / E-mail: saneantes@anvisa.gov.br.

REF: CONSULTA PÚBLICA Nº 54 DE 23 DE JUNHO DE 2003

Prezados Senhores,

Vimos respeitosamente oferecer nossa manifestação a consulta pública em epígrafe, que segue em anexo, arquivos ANVISA54, em extensão .doc e .pdf. O arquivo ANVISA.pdf, também pode ser encontrado no seguinte endereço de internet: <http://acpo94.sites.uol.com.br/ANVISA54.pdf>

ACPO

• FINEP, FINANCIAMENTO GASEIFICAÇÃO - INCINERAÇÃO DE LIXO URBANO.

Terça-feira, 12 de agosto de 2003

Uma maneira eficaz de destruir recursos naturais não renováveis, poluir e contaminar o meio ambiente, intoxicar os cidadãos e de queimar recursos financeiros públicos normalmente escassos.

Leia o ofício encaminhado:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/finep_incinera.htm

SETEMBRO

• Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial.

Sábado, 06 de setembro de 2003

Dia 05 aconteceu no Memorial da América Latina a Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientistas do Estado de São Paulo. Em Breve disponibilizaremos os principais documentos produzidos neste evento que foi organizado pelas entidades TERRAE, VIDAGUA, ACPO com apoio da PROAONG - Programa de Apoio as ONGs da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo.

Para saber mais clique aqui:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/02_preconea.htm

• Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente da Região da Baixada Santista.

Segunda-feira, 15 de setembro de 2003

O Ministério do Meio Ambiente, através da Gerência Executiva do Ibama no Estado de São Paulo e o Escritório Regional do IBAMA, realizaram dia 13 de setembro de 2003, no auditório do SINDIPETRO em Santos, o encontro preparatório para Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo da Região da Baixada Santista. O Encontro teve a finalidade de organizar a Pré-conferência Regional da Baixada Santista, objetivando mobilizar e ampliar a participação popular na definição de diretrizes para o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

Nesta reunião foi discutida e emendada a minuta, e após aprovado, como Regimento Interno da Pré-conferência. E também elegeu a comissão organizadora do evento composta por: 5 ONGs: OAB/Santos, MDV, SINDIPETRO, Oikos Mundi e ACPO; e 5 entidades Governamentais: Prefeitura Municipal de Santos, Prefeitura Municipal de Guarujá, Câmara Municipal de Santos, Câmara Municipal de Guarujá, Instituto de Pesca de Santos e IBAMA. A coordenação geral é exercida pela chefe do IBAMA em Santos, Sra. Ingrid Maria Furlan Oberg.

• Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente da Região da Baixada Santista.

Sexta-feira, 19 de setembro de 2003

A Comissão Organizadora da Pré-conferência Regional INFORMA que o evento será realizado no dia 04 de outubro de 2003 em local que será definido até 26 de setembro. INFORMA também que entre os dias 22 e 26 de setembro de 2003 os interessados

querendo, poderão fazer sua pré-inscrição, e ainda enviar documentos (teses, subsídios, propostas e Moções) por telefone, fax, e-mail ou diretamente na sede do IBAMA - Santos – sito à Av. Cel. Joaquim Montenegro, 297 – Santos-SP. - CEP: 11035-001 - Fone: (13) 3227-5775/76 - FAX Nº (13) 3227-4649 - E-mail: santos.sp@ibama.gov.br

PARTICIPE!!!!

• **RHODIA PASSIVOS BILIONÁRIOS À RESGATA.**

Sábado, 27 de setembro de 2003

*Jornal Diário de São Paulo
DIMAS MARQUES
23/09/2003*

Rhodia do ABC polui o lençol freático

Contaminação já ultrapassou os limites da multinacional

Mais um terreno da multinacional francesa Rhodia no estado de São Paulo está contaminado. O lençol freático da unidade química da indústria em Santo André, no ABC, está poluído por arsênio (base para fabricação de venenos) e MTBE (produto que é misturado à gasolina). A contaminação já ultrapassou os limites da empresa e segue na direção do Rio Tamandateí. A Cetesb acompanha o caso e aguarda o resultado de novas análises da multinacional para saber a dimensão do problema. Essa é a quarta área contaminada pela Rhodia no estado e deve constar da nova lista que a Cetesb divulgará em outubro.

A Rhodia Química fica na Avenida Antonio Cardoso, 319, no terreno da primeira instalação da multinacional francesa no Brasil (que iniciou as atividades em 1921 para a produção de lança-perfume). A poluição foi denunciada em 2001 para o Ministério Público pela Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional (ACPO), organização não-governamental, formada por funcionários e ex-funcionários que processam a empresa, alegando terem adoecido na unidade de Cubatão, também contaminada.

O Ministério Público informou a Cetesb da contaminação em Santo André em outubro de 2001, e a agência ambiental solicitou à empresa uma análise do local. Exames preliminares indicaram no lençol freático a presença, acima dos limites estabelecidos pela Cetesb, do metal pesado arsênio (veneno para fungos e insetos) e MTBE.

A Rhodia alega que “os índices encontrados estão muito abaixo do limite de intervenção da lista holandesa, que é um padrão orientativo internacional sobre o assunto e, portanto, não apresentam nenhum risco aos trabalhadores, à comunidade local ou ao meio ambiente.”

As primeiras análises entregues pela Rhodia foram consideradas insuficientes pela Cetesb em março deste ano. A agência ambiental advertiu a multinacional, que ontem enviou mais pesquisas. A Rhodia manipula dezenas de substâncias há décadas. “Há um coquetel de produtos que não podem ser analisados separadamente. O nível de contaminação tem de levar em conta possíveis reações entre eles e o tempo”, disse o diretor de comunicação da ACPO, João Carlos Gomes.

Jornal Diário do Grande ABC
23/09/2003
Samir Siviero

Contaminação na Rhodia de Sto. André terá estudo

Pontos de contaminação no lençol freático à frente da fábrica da Rhodia Química em Santo André, na Avenida dos Estados, serão objeto de uma análise detalhada da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), a agência ambiental do governo do Estado. A contaminação já foi apontada em um estudo preliminar. A análise detalhada vai ser feita a pedido do Ministério Público, que investiga o caso há dois anos, a partir de uma denúncia da ACPO (Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional), formada por ex-trabalhadores da Rhodia em Cubatão, de contaminação do solo com efeito sobre a saúde dos trabalhadores.

A investigação começou em 2001. Depois disso, a Rhodia, a pedido da Cetesb e do MP, encomendou um estudo sobre a área da empresa, entregue em março desse ano. O laudo constatou no solo da empresa e no lençol freático a presença do metal pesado arsênio e de MTBE, um aditivo de gasolina, em níveis considerados altos segundo os parâmetros da Cetesb. Como a avaliação foi feita em apenas oito pontos, a Cetesb solicitou a extensão do estudo para mais pontos.

Os documentos chegaram às mãos da Cetesb na segunda-feira e agora os técnicos detalharão se outros trechos do terreno estão contaminados. De acordo com o gerente da Cetesb ABC, Luiz Antônio Brun, apesar de os valores superarem o permitido pela companhia, o fato de contaminar o lençol freático e a pluma (a mancha) de contaminação estar próxima ao rio Tamanduateí não causam tanta preocupação porque a água não é utilizada para abastecimento humano. “Em termos de saúde pública, pelos dados que temos, essa contaminação não é problemática porque a água

não é consumida, mas precisamos analisar esses dados para saber como estão os níveis de contaminação na área toda.”

Para a Rhodia, os níveis de arsênio e MTBE encontrados não são suficientes para considerar a área contaminada segundo padrões internacionais. Os níveis encontrados de arsênio variam de 28 a 31 microgramas por litro, enquanto o permitido pela Cetesb é de 10 microgramas e padrões internacionais chegam a permitir 50 microgramas por litro. “Tecnicamente, pelos padrões mundiais, não há contaminação, mas a Rhodia apresentou todas as informações pedidas porque faz análises do local. A Rhodia não teve nenhum caso de trabalhador contaminado nessa área”, informou a assessoria de imprensa da Rhodia.

Se consumido em doses excessivas, as substâncias podem causar doenças como hepatite, alterações no sistema nervoso e problemas na pele.

O diretor de Comunicação da ACPO, João Carlos Gomes, contou que a denúncia partiu de um relatório interno da Rhodia que apontava o comprometimento do solo em razão das substâncias tóxicas. “O dano ambiental já está consumado e, no mínimo, a recuperação da área já deveria ter começado. Agora, queremos que tudo seja apurado com rigor.”

Empresa fabricava lança-perfume na Avenida dos Estados
Do Diário do Grande ABC

A Rhodia Química começou a ser instalada na Avenida dos Estados, em Santo André, em 1919, para a fabricação de lança-perfumes. Com a proibição da venda do lança-perfume no país, a empresa variou seus produtos até que 1949 lançou a penicilina e depois se consolidou no país inteiro com vários produtos.

Os problemas com a contaminação surgiram na década de 1970 em Cubatão e São Vicente, na Baixada Santista, e que culminaram com o fechamento da unidade de Cubatão em 1993. Funcionários da empresa apresentaram problemas em decorrência de exposição a organoclorados e a ACPO (Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional) surgiu da união desses funcionários.

Em Paulínia, no interior do Estado, outra área da empresa também tem problemas de contaminação. Com a constatação de arsênio e MTBE, a área de Santo André, a primeira empresa da Rhodia no país, é o quarto terreno a apresentar denúncias de contaminação.

Com a formação da associação, os trabalhadores ganharam força e entraram com ações judiciais para conseguir indenizações pela exposição à contaminação. Apesar de a associação ter sido criada por funcionários de Cubatão, a ACPO também se esforçou para obter informações que servissem de subsídio para promotores de justiça de outros locais com problemas.

• **Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente.**

Domingo, 28 de setembro de 2003

1. Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente
(28-29-30/11/2003)

A Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo é um evento preparatório para a Conferência Nacional do Meio Ambiente que foi convocada pelo [Presidente da República](#) (1) e pelo [Ministério do Meio Ambiente](#) (2).

A Conferência Nacional do Meio Ambiente terá como tema "Vamos Cuidar do Brasil" e seu objetivo principal é o fortalecimento do SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente. Seis temas estratégicos orientarão os debates: 1. Água; 2. Biodiversidade, fauna e flora nativas, espaços territoriais protegidos; 3. Agricultura, pecuária, pesca e floresta; 4. Infra-estrutura: transporte e energia; 5. Meio ambiente urbano e; 6. Mudanças climáticas.

(1) Clique aqui:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9893.htm

(2) Clique aqui:

<http://www.mma.gov.br/>

2. Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
(24-25-26/10/2003)

A Conferência Nacional será precedida de Pré-Conferências realizadas em todos os Estados e no Distrito Federal. O documento final aprovado em Brasília será encaminhado ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

3. Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente da Região Metropolitana da BS
(Realizada)

A Pré-Conferência Regional da Baixada Santista tem por objetivo mobilizar a população para discutir, levantar propostas e apontar prioridades para a

sustentabilidade ambiental da nossa região. Serão também indicados delegados(as) que levarão as propostas deliberadas para a Conferência Estadual do Meio Ambiente, que se realizará em Botucatu. Em novembro as nossas propostas irão para a Conferência Nacional em Brasília. Vamos cuidar do Brasil!

4. Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de
Entidades Ambientistas do Estado de São Paulo
(Realizada)

Aos 5 de setembro de 2003, sexta feira, realizou-se a partir das 8:00 horas no Memorial da América Latina, na Avenida Auro Soares de Moura Andrade 664, ao lado do Metrô Barra Funda, em São Paulo, Capital, a **Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientistas do Estado de São Paulo**, com o objetivo de mobilizar o Setor Ambientalista do **Estado de São Paulo** para: apresentar e discutir propostas visando o fortalecimento do SISNAMA; para incentivar a participação setorial na Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e na Conferência Nacional do Meio Ambiente; para eleger Delegados setoriais; e também para se ter um piloto, base para a Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

OUTUBRO

- **Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente da Região Metropolitana da Baixada Santista.**

Domingo, 12 de outubro de 2003

Aos 04 de outubro de 2003, sábado, foi realizado entre às 8:00 e 21:00 horas no auditório da UNIP - Universidade Paulista - Campus Rangel na cidade de Santos/SP, a Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente da Região Metropolitana da Baixada Santista, que contou com a presença de mais de 330 (trezentos e trinta) conferencistas. A Pré-conferência teve por objetivo mobilizar a população para discutir, levantar propostas e apontar prioridades para o desenvolvimento humano sustentável em nível Regional e Nacional. Foram também eleitos os Delegados que levarão as propostas deliberadas para a Conferência Estadual do Meio Ambiente, que se realizará em outubro na cidade de Botucatu. Em novembro as nossas propostas irão para a Conferência Nacional em Brasília.

Para os que tiverem interesse, todo o material produzido durante a Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente da Região Metropolitana da Baixada Santista está disponível em: http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/ibama.htm

• ACPO PARTICIPA DE PALESTRAS NO MÊS DE OUTUBRO.

Quinta-feira, 23 de outubro de 2003

1 - Para alunos do **Colégio Equipe** de São Paulo, no auditório do CEFAS, onde mais um ano realizaram seu trabalho entre os dias 8 e 10 de outubro, denominado Projeto Cubatão. - (João Carlos)

2 - Em 13 de outubro proferida Palestra sobre Meio Ambiente na Semana do Professor na cidade de São Vicente. (Márcio Mariano)

3 - Em 21 de outubro no **Colégio Universitas** - Santos palestra sobre a poluição na Baixada Santista "Caso Rhodia". (João Carlos)

• SECRETÁRIO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE RECEBE EM AUDIÊNCIA REPRESENTANTES DO MOVIMENTO METROPOLITANO CONTRA O LIXO TÓXICO DA RHODIA.

Sexta-feira, 24 de outubro de 2003

COMITIVA COBRA ENCAMINHAMENTOS DA SECRETARIA QUANTO AO GRAVE PROBLEMA SÓCIO-AMBIENTAL REPRESENTADO PELOS LIXÕES DA EMPRESA RHODIA NA BAIXADA SANTISTA E CRITICA VEEMENTEMENTE INICIATIVAS DE INCINERAÇÃO E/OU PROJETO DE ENVIAR RESÍDUOS TÓXICOS PARA INCINERAR NO ESTADO DA BAHIA.

Na tarde da sexta-feira - 17/10, o secretário estadual do meio ambiente Prof. **José Goldemberg** recebeu em audiência na sede da SMA na capital paulista, representantes do Movimento Metropolitano Contra o Lixo Tóxico da Rhodia, em atendimento à solicitação da deputada estadual **Maria Lúcia Prandi**. São Vicente - O grupo formado pelo Vereador vicentino **Alfredo Moura**, a assessora da deputada Prandi **Maria da Graça Moreira**, e os Diretores da ACPO -Associação de Combate aos POPs: **Jeffer Castelo Branco** e **João Carlos Gomes**. Acompanhado o Sr. Secretário estavam a sua secretária adjunta Prof. **Suani Teixeira Coelho**, do coordenador do CPRN **João Antonio Fusaro**, do assessor de comunicação da SMA **José Roberto Pereira**, do assessor de supervisão **Maarcus Bucci** e também representando a Companhia de Engenharia e Saneamento Ambiental - CETESB, **Cezar Eduardo Padovan Valente** (agência Santos) e **Sidney Maia de Barcelos** (agência Cubatão).

Abrindo a reunião, Goldemberg ressaltou a gravidade da questão das áreas contaminadas no Estado de São Paulo e declarou que a SMA está empenhada na

busca de soluções eficazes e definitivas para o problema, que têm no chamado "Caso Rhodia/Baixada Santista" um dos episódios mais importantes. O secretário aproveitou a ocasião para divulgar a proposta de lei específica sobre esta questão elaborada pela SMA sob sua determinação com vistas a criar um instrumento jurídico capaz de evitar no futuro novos episódios, além de buscar criar mecanismos que permitam a responsabilização e punição dos poluidores. Goldemberg anunciou que a proposta de lei estará a partir da próxima segunda-feira (20/10) disponível para consulta pública no site da SMA na internet (www.sma.sp.gov.br) e que a mesma também será debatida no Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, antes do envio da matéria para apreciação pela Assembléia Legislativa do Estado. Os representantes do Movimento receberam em primeira mão uma cópia impressa da proposta de lei.

Os representantes do Movimento elogiaram a iniciativa e prometeram colaborar com críticas e sugestões para o projeto de lei (baseados na própria experiência acumulada durante os mais de 20 anos em que se arrasta o "Caso Rhodia"), ressaltando, no entanto que ainda assim consideram vital para esclarecimento das circunstâncias que propiciaram este e outros episódios semelhantes a "CPI das Áreas Contaminadas" no Congresso Nacional, que já atingiu o número de assinaturas necessário e que aguarda instalação pela presidência da Câmara dos Deputados. A Prof. Suani questionou sobre a participação dos órgãos de saúde na questão, sendo informada pelos próprios representantes da CETESB de que os mesmos se encontram há anos afastados das discussões sem que qualquer levantamento epidemiológico nas populações potencialmente expostas na Baixada Santista tenha sido executado.

Este, aliás, é um dos pontos considerados críticos pelo Movimento na proposta de lei ora apresentada, que não cria nenhuma responsabilidade para os poluidores quanto ao custeio deste tipo de ações na área da saúde, restringindo à remediação ambiental as obrigações destes. Em julho deste ano, no "Seminário Áreas Contaminadas e Saúde na Baixada Santista", o responsável pela Diretoria Regional de Saúde em Santos (DIR-19) Dr. José Ricardo Martins Di Renzo declarou que a secretaria estadual de saúde não dispõe de recursos orçamentários para este fim, em que pese ter ressaltado a necessidade de uma vigilância epidemiológica nestes episódios.

O vereador Alfredo Moura ressaltou que, em audiência recente sobre o mesmo tema com a ministra do Meio Ambiente Marina Silva em Brasília, a ministra afirmou que o governo federal através de sua pasta tem total interesse em colaborar de forma integrada com o governo paulista na busca de soluções definitivas para a questão. A proposta de lei específica para a problemática das áreas contaminadas no âmbito do estado de São Paulo - o mais industrializado e também o mais atingido pelo problema - poderia, conforme sugestão do Movimento, ser ampliada para todo o território nacional, a partir de semelhante legislação federal.

Especificamente sobre o "Caso Rhodia/Baixada Santista", ficou acertada a proposta da Prof. Suani Teixeira Coelho de formação de um grupo de trabalho composto por integrantes da SMA e aberto à colaboração de técnicos do governo federal - contando com a participação de representantes do Movimento - para a tomada de decisões sobre a questão. Entre estas decisões, a destinação final das 33.000 toneladas de solo contaminado estocados há mais de 15 anos na chamada "Estação de Espera" localizada às margens da rodovia Pe. Manuel da Nóbrega em São Vicente, a otimização dos trabalhos de descontaminação da interditada Usina Química de Cubatão da Rhodia (unidade fabril que deu origem a toda a contaminação na região) onde ainda hoje existem milhares de toneladas de resíduos organoclorados dispostos no solo, além de medidas mais rigorosas de vigilância e segurança para os locais externos alvos de despejo clandestino durante as décadas de 60 e 70 - lixões químicos - que se estendem de Cubatão até Itanhaém no litoral sul paulista, e que se encontram hoje sob crescente ocupação de famílias de baixa renda em suas adjacências.

Uma destas decisões já surge envolta em forte polêmica: a CETESB informou que a Rhodia pretende remover o material contaminado contido na "Estação de Espera" para incineração no estado da Bahia, aguardando posição oficial da SMA sobre a proposta. O Movimento, e em especial a ACPO, se manifestaram contrários à esta atitude, pelo princípio de que a transferência de resíduos perigosos para outros Estados (em especial do Nordeste) configura em termos regionais aquilo que é combatido internacionalmente pela Convenção da Basileia e que a incineração é condenada também pelo Tratado de Estocolmo, outro protocolo internacional que considera a incineração de substâncias organocloradas como uma das principais fontes da terrível toxina Dioxina. A Prof. Suani admitiu que mesmo dentro dos quadros técnicos da SMA não há consenso sobre a incineração como forma segura de destruição de estoques de lixo tóxico.

Recentemente, testes realizados em incinerador em Taboão da Serra na grande SP com resíduos tóxicos da Rhodia oriundos de Cubatão não obtiveram resultados satisfatórios quanto a eficiência e segurança, sendo descartada a continuidade do envio destes resíduos para aquela cidade pela CETESB e pela própria multinacional. O Movimento declarou considerar como mais viável a remoção do material contaminado para rigoroso confinamento em área apropriada na cidade Cubatão (de distância inclusive muito menor que o incinerador na Bahia, fato que minimizaria os riscos e cuidados necessários envolvidos no transporte dos resíduos).

• PERFIL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS.

Sexta-feira, 24 de outubro de 2003

Os ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Saúde, Humberto Costa, participaram nesta quinta-feira (23/10/2003) do lançamento do Perfil Nacional da

Gestão de Substâncias Químicas, o Brasil ocupa a nona posição na indústria química global, com 882 plantas produtoras, principalmente no Sul e Sudeste. "O Perfil é fundamental para o estabelecimento de políticas que proporcionem redução de riscos à saúde humana e ao meio ambiente", salientou Marina Silva. O estado de São Paulo, por ter o maior parque industrial, tem também o maior número de registros de acidentes e de áreas contaminadas. Por outro lado, tem também o melhor levantamento nacional sobre segurança química.

Os agrotóxicos estão em sétimo lugar em número de acidentes com substâncias químicas e em primeiro no número de mortes. "Conviver com substâncias potencialmente perigosas exige cuidado e a observação constante do princípio da precaução", disse Marijane Lisboa, secretária de Qualidade Ambiental do MMA e presidente da Conasq - Comissão Nacional de Segurança Química.

(Síntese) www.ambientebrasil.com.br

<http://www.mma.gov.br/port/sqa/prorisc/download.html>

- **Cetesb destaca as conquistas ambientais.**

Sábado, 24 de outubro de 2003

*Da Sucursal do Jornal A Tribuna de Santos
(Síntese)*

O presidente da Cetesb, Rubens Lara, destacou ontem na Câmara de Cubatão que, 20 anos depois de implantado, o plano de controle da poluição industrial na Cidade apresenta resultados expressivos: das 320 fontes identificadas naquela época, 295 estão sob controle. Como 15 delas foram descartadas em função de as unidades produtoras terem sido fechadas, 98.43% dos problemas de poluição industrial foram resolvidos.

Vale da Morte

Durante os debates no período da tarde houve uma posição unânime, inclusive de representantes de entidades ecológicas que fizeram críticas à Cetesb, de que realmente Cubatão não pode mais ser considerada a cidade mais poluída do mundo, rótulo que ostentou nas décadas de 70 a 90.

A par dos elogios, houve algumas ponderações como as da promotora de Meio Ambiente da Comarca, Liliane Garcia Ferreira. Ela destacou a ação das indústrias, da Cetesb e da comunidade para chegar a esse controle. E lembrou que esse novo quadro,

que pode conduzir o Município a ser conhecido com o almejado título de Vale da Vida, depende da vigilância permanente da comunidade e das autoridades públicas e técnicas (inclusive sobre a instalação de novas empresas), para que não volte a ser chamado de Vale da Morte.

Representantes de entidades ambientais, como o coordenador da Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão, Oswaldo Soares Dias, assinalaram que a Cidade ainda apresenta problemas de solo e nas águas de rios e canais. Segundo eles, é preciso ainda resolver os problemas do lixo químico da Rhodia e da deposição de resíduos no estuário de Cubatão, em frente à região da Cosipa.

A luta contra a poluição ambiental de Cubatão foi iniciada oficialmente em 1983, durante o governo de Franco Montoro, já falecido, com o lançamento do Programa de Recuperação Ambiental de Cubatão.

REPAREM QUE, 10 ANOS DEPOIS DE INTERDITADA, A QUANTIDADE DE RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS DISPOSTOS NO SITE DA RHODIA É ENORME (SOME-SE A ESTE AS 33.000 TONELADAS CONTIDAS NA "ESTAÇÃO DE ESPERA" DA VIZINHA CIDADE DE SÃO VICENTE), E QUE A "MODELO" CARBOCLORO É HOJE A SEGUNDA MAIOR GERADORA (RESÍDUOS CONTENDO MERCÚRIO PRINCIPALMENTE), PERDENDO APENAS PARA A COSIPA, DE DIMENSÕES MUITO MAIORES. CUBATÃO NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO PARA SEUS RESÍDUOS CLASSE I - ASSIM GRANDE PARTE É, EXPORTADOS PARA OUTRAS LOCALIDADES (GRIFO NOSSO).

Clique aqui para ver os números:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/cetesb_01.htm

• **MERCÚRIO.**

Terça-feira, 28 de outubro de 2003

A Revista PROTEÇÃO do mês - Número 142, trás uma bela reportagem sobre: "CONTAMINAÇÃO PERIGOSA - Efeitos neuroendócrinos e neurocomportamentais por exposição ao **MERCÚRIO** decorrente de consumo habitual de peixes do mar"...
LEIA!

• **OFICINA SOBRE PRIORIDADE 3 CONASQ.**

Quinta-feira, 30 de outubro de 2003

O Programa Nacional de Segurança Química - PRONASQ, vem sendo elaborado e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, através da Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ. Esta Comissão se baseia na articulação intersetorial e descentralizada para a gestão das substâncias químicas no país. A Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, em nome do Ministério da Saúde, assumiu a responsabilidade de coordenar a elaboração de um plano de trabalho para a Linha de Ação Três do PRONASQ - Rede de Intercâmbio e Difusão de Informações para a Segurança Química no Brasil, a ser implementado no PPA 2004 -2007.

A FIOCRUZ, em parceria com a Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde - CGVAM, da Secretaria de Vigilância em Saúde - MS, do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador - DSST e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, do Ministério do Trabalho, retomam com esta oficina a mobilização para a continuidade das atividades previstas na proposta da Linha de Ação Três.

Esta oficina é o primeiro movimento para promover a ampliação de parcerias e o debate em torno de questões essenciais para a formulação e implementação da Linha de Ação Três, que se pretende seja o início da mobilização nacional para a construção da Rede de Intercâmbio e Difusão de Informações para a Segurança Química no Brasil. Uma Rede que promova o acesso público à informação e à participação da sociedade nos processos de tomada de decisões nas questões referentes à Segurança Química em nosso País. (Termo Referência, trecho)

Apesar dos contratemplos, a Oficina foi realizada com sucesso. A ACPO participou do evento que contou com a participação de um grupo bem eclético, o debate foi intenso e cremos ter sido proveitoso sob o ponto de vista de construção da Rede de Informações.

NOVEMBRO

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PORTO ALEGRE DECIDE EM DETRIMENTO DA SAÚDE PÚBLICA.

Segunda-feira, 03 de novembro de 2003

É com muita tristeza que informamos que ontem, dia 03/11/2003 foi julgado no Tribunal de Justiça, a inconstitucionalidade da Vigilância nos Ambientes de Trabalho no SUS, do município de Porto Alegre. Foi revogado todo o capítulo de Saúde do Trabalhador do Código Municipal de Saúde. A votação foi de 11 votos a favor da inconstitucionalidade e 3 em defesa da constitucionalidade das ações de vigilância no âmbito do SUS. Estamos, portanto, sem amparo legal para o desenvolvimento das ações de vigilância no município.

E-mail enviado por Maria Juliana Moura Corrêa

• PRÉDIO DA CETESB E SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE É LEILOADO.

Quinta-feira, 06 de novembro de 2003

Fonte: Jornal "A Tribuna" de Santos/SP

Ação

Prédio da Cetesb em SP é leiloado por R\$ 10 milhões

Da Reportagem (Síntese)

Uma ação trabalhista impetrada em 1989 por cerca de 40 funcionários das agências Santos e Cubatão da Cetesb resultou ontem no leilão da sede da empresa, localizada em Alto de Pinheiros, na Capital, por R\$ 10 milhões. O valor atualizado determinado pela Justiça como indenização é de R\$ 21 milhões 241 mil.

De acordo com o presidente da Cetesb, Rubens Lara, a pendência judicial será solucionada sem que a empresa tenha que abrir mão de sua sede, incluída no processo como garantia. "Amanhã (hoje), nosso jurídico tomará as medidas legais cabíveis".

O prédio da Cetesb é o coração do sistema ambiental do Estado. Lá, funciona toda a direção da agência ambiental, com suas três diretorias.

A gerente jurídica da Cetesb, Sandra Mara Pretini Medaglia, confirmou que houve o leilão e o imóvel acabou arrematado por R\$ 10 milhões, valor que ainda deverá ser avaliado pela Justiça.

O prédio foi construído na década de 70 e fica na Avenida Frederico Hermman Júnior, 345, Alto de Pinheiros. Ele tem 11 andares e comporta, além dos setores administrativos, um auditório para 270 pessoas.

• Brasil dá importante passo para Ratificação da Convenção de Estocolmo sobre POPs Poluentes Orgânicos Persistentes.

Sexta-feira, 07 de novembro de 2003

Aconteceu - 6/11/2003 15h52

Plenário aprova seguro-desemprego para pescador

MEIO AMBIENTE

Os deputados aprovaram o Projeto de Decreto Legislativo 818/03, que contém o texto da Convenção de Estocolmo sobre POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES, substâncias químicas que permanecem no meio ambiente por longos períodos, intoxicam a cadeia alimentar e ameaçam os ecossistemas e vida humana. A Convenção prevê a eliminação gradual de um grupo inicial de doze substâncias (pesticidas, derivados de benzeno, dioxinas e outras).

Leia o texto da Convenção clicando aqui:

<http://acpo.org.br/site/Conven%E7%E3o-de-Estocolmo.php>

• RHODIA MUDA DIREÇÃO.

Sexta-feira, 07 de novembro de 2003

Paris, 3 de outubro de 2003

O Conselho Diretor da Rhodia se reuniu hoje para avaliar as atividades e a situação geral do Grupo

A continuidade da grave depressão econômica impactará negativamente os resultados do terceiro trimestre, em decorrência da constante alta dos preços de matérias-primas petroquímicas, da persistente demanda fraca e do efeito negativo causado pela cotação atual do dólar. Conseqüentemente, a Rhodia prevê que o valor do EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), no terceiro trimestre de 2003, ficará na faixa de 70 a 80 milhões de euros em comparação com os 149 milhões de euros registrados, no terceiro trimestre de 2002, em uma base comparável (estrutura e taxas de câmbio constantes). Além disso, o Grupo não prevê, para o último trimestre deste ano, uma melhoria significativa, nas condições de mercado.

Diante desta evolução, o Conselho Diretor decidiu implantar imediatamente um plano de ação que prevê o redirecionamento do foco de seu portfólio de negócios, a redução de custos e a mudança da estrutura financeira do Grupo, para enfrentar este ciclo econômico desfavorável e poder se beneficiar plenamente da recuperação do setor químico, quando esta ocorrer.

Jean-Pierre Tirouflet, reconhecendo que a nomeação de uma nova equipe poderá facilitar o sucesso deste plano de ação, apresentou sua carta de demissão ao Conselho Diretor, que foi aceita.

• **BANCADA DOS TRABALHADORES DA COMISSÃO ESTADUAL DO BENZENO VOTA CONTRA O CADASTRAMENTO DE SUBSTÂNCIA ORGANOCOLORADA.**

Segunda-feira, 10 de novembro de 2003

O [boscalid](http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/boscalid.htm) (http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/boscalid.htm) é um fungicida que tem o benzeno como contaminante em seu processo, a empresa Basf solicitou o cadastramento a DSST e o parecer à Comissão Estadual do Benzeno-SP. A fabricação desta substância tem uma bifelina clorada em sua molécula. A bancada dos trabalhadores, tendo em vista que a Basf não cumpriu todos os requisitos (o consenso na CNPBz é que todos os novos processos/unidades já estejam enquadrados naquilo que é melhor em termos de tecnologia), a bancada posicionou-se contra o cadastramento da Basf.

*Waldomiro dos Santos Pererira Filho
SINDIPETRO/Santos*

• **LANÇAMENTO DE BOA LITERATURA SÓCIO-AMBIENTAL.**

Terça-feira, 11 de novembro de 2003

Tempo e Presença - Plantando desertos

"Abordando um problema ambiental seríssimo, que afeta a vida de milhões de pessoas nos estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, os articulistas desta edição exemplificam, de forma dramaticamente real, a premonição dos cientistas ao revelarem tanto as terríveis perdas ecológicas como suas conseqüências sociais, culturais, políticas e econômicas com a monocultura do eucalipto".

Editorial

- O eucalipto em Minas Gerais

Cláudio B. Guerra

- Aracruz: um rosto sujo com aparência de esnobe

Rogério Medeiros

- O espectro de deserto verde no Norte/Noroeste fluminense

Marcos A. Pedlowski

- O Estado planta um deserto para o lucro privado

Hélder Gomes

- A monocultura do eucalipto e o atual governo

Marcelo Calazans

- Eucalipto: o símbolo de um modelo destrutivo

Ricardo Carrere

Revista Tempo e Presença n. 329 - Plantando Desertos

Preço: R\$ 3,50

Contato: Márcia Evangelista

Telefone: (21) 2224-6713

E-mail: tp@koinonia.org.br

• **CONASQ (Comissão Nacional de Segurança Química) – Ministério do Meio Ambiente.**

Quarta-feira, 11 de novembro de 2003

ACPO é indicada pelo [FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais](http://www.fboms.org.br) (<http://www.geocities.com/RainForest/jungle/1898/>), para representar o Fórum nas discussões sobre os danos em potencial que as substâncias químicas podem causar ao meio ambiente sob o ponto de vista da poluição e contaminação, podendo assim atingir e intoxicar os seres vivos, nas reuniões da [CONASQ](http://www.mma.gov.br/port/sqa/copasq/capa/corpo.html) (<http://www.mma.gov.br/port/sqa/copasq/capa/corpo.html>).

• **GAIA da América Latina pode ter Site de Internet Regional.**

Sexta-feira, 14 de novembro de 2003

Estamos pensando em ampliar los contenidos del sitio www.noalaincineracion.org (es el sitio de la Coalición Ciudadana Anti-Incineración de Argentina) para que se convierta en la página anti-incineración de América Latina.

Cecilia Allen

• **Mesmo desativado, aterro de lixo industrial em Cubatão – SP oferece riscos à saúde humana.**

Domingo, 15 de novembro de 2003

Jornal do Meio Ambiente

www.jornaldomeioambiente.com.br

15/11/2003

Moradores apresentam no sangue elevada concentração de resíduos perigosos e pesquisadores alertam sobre a necessidade urgente de medidas saneadoras.

O aterro a céu aberto de Pilões, onde era depositado o lixo de cinco indústrias do município de Cubatão (SP), recebia por ano cerca de mil toneladas de uma variedade de resíduos perigosos, responsáveis por enfermidades graves que, muitas vezes, levam até à morte. Embora esse aterro tenha sido coberto com material inerte e desativado

há quase 20 anos, os catadores de lixo e suas famílias continuam residindo no local. E muitas dessas pessoas têm no sangue elevada concentração de praguicidas organoclorados, resíduos perigosos que podem enfraquecer o sistema imunológico, causar câncer e gerar distúrbios no sistema nervoso central, entre outros problemas cujas seqüelas são irreversíveis.

Essa é a conclusão de um estudo realizado por Eladio Santos Filho, do Hospital Guilherme Álvaro, da Secretaria de Estado da Saúde de Santos (SP), em conjunto com pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo e do Instituto Adolfo Lutz. Os resultados da pesquisa foram publicados na Revista de Saúde Pública, na edição de agosto de 2003.

Além de investigarem os moradores de Pilões, Eladio e sua equipe examinaram um grupo-controle, formado por pessoas que, embora também vivessem em Cubatão, não estavam diretamente expostas aos resíduos perigosos do aterro. “O número de pessoas em Pilões que apresentou algum resíduo de praguicida organoclorado no sangue foi de 212 pessoas, ou seja, 95,5% de todos que realizaram esse exame”, dizem os pesquisadores no artigo. Já no grupo-controle, houve 141 exames positivos para praguicidas organoclorados, que representam pouco menos de 60% do total de exames.

“Os moradores de Pilões não só apresentaram maior número de pessoas com resíduos de praguicidas organoclorados, como também concentrações mais elevadas do que o grupo-controle”, comentam Eladio e sua equipe no artigo. Em Pilões, até bebês com menos de um ano de idade já estavam contaminados pelos resíduos perigosos.

Os resultados do estudo, segundo os pesquisadores, demonstram que a população de Pilões está sob grande de risco de exposição a todos os praguicidas organoclorados existentes na área do antigo aterro. “Do ponto de vista da saúde pública, tal condição já é suficiente para justificar medidas saneadoras, como a limpeza da área com remoção dos resíduos perigosos ou, na sua inviabilidade, a remoção das pessoas do local de risco”, afirmam Eladio e sua equipe no artigo. “Não há que se aguardar ao aparecimento de efeitos tóxicos para tomar as medidas necessárias à preservação da saúde da população”, concluem.

www.notisa.com.br – redacao@notisa.com.br
Av. Nossa Senhora de Copacabana , 1072 sala 903
Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.060-000
Tel (21) 2523 1370

• **1ª Conferência de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente de Campinas.**

Segunda-feira, 17 de novembro de 2003

De 14 à 16 de novembro de 2003 aconteceu a 1ª Conferência de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente de Campinas. A Conferência foi fruto do empenho conjunto de diversas instituições públicas e de representação sindical da região de Campinas que, ao longo dos últimos anos, tem tido um papel importante na luta por melhores condições de saúde para os trabalhadores.

Leia a TESE clicando aqui (pdf - 4 MB):

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/conferenciatab.pdf

• **Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.**

Terça-feira, 18 de novembro de 2003

CONVITE

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial pelo Cumprimento das Leis da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, realizamos em outubro de 2003 análises químicas de qualidade de água presente nos reservatórios de água confeccionados com fibra de vidro e revestidos com resina de poliésteres e verificamos a contaminação com estireno em índices 5 vezes acima do permitido por Resolução CONAMA. O estireno, nos níveis pode gerar leucopenia, depressão, e no limite é cancerígeno.

Tendo em vista que esses reservatórios para água são confeccionados sem o controle dos órgãos de vigilância sanitária e ambiental, em fabriquetas de fundo de quintal e largamente comercializadas no Estado Rio de Janeiro, sem entrarem no sistema de licenciamento estadual e tendo em vista a efetiva comprovação de contaminação da água guardada nestes reservatórios, esta Comissão do Poder Legislativo convida Vossa Senhoria para a Audiência Pública que se realizará no dia 19/11/2003, quarta-feira, às 11h, na Sala 316 do Palácio Tiradentes na ALERJ.

Gostaríamos que Vossa Senhoria estudasse o tema e trouxesse para a audiência as medidas que este município adotará para controle e resolução do problema.

Na certeza de Vossa participação na audiência e no aguardo das sugestões solicitadas subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Carlos Minc – Deputado Estadual

LEIA MAIS EM:

<http://www.minc.com.br/mandato/meioambi/caixagua.htm>

Mensagem enviada por: Juliana Malerba

• **EIA-RIMA AMPLIADO.**

Quarta-feira, 19 de novembro de 2003

Da Reportagem

Está proibida em toda a zona costeira da Baixada Santista e Vale do Ribeira a construção de edificações - permanentes ou sazonais - que impliquem em alteração das características naturais, sem a realização prévia de estudos e relatórios de impactos ambientais (EIA-Rima). Ficou estabelecida multa diária de R\$ 20 mil a quem desacatar a decisão.

A medida foi imposta pela juíza Daldice Maria Santana de Almeida, da 1ª Vara da Justiça Federal de Santos.

No último dia 5, ela concedeu liminar (decisão de caráter provisório) com base em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal (MPF).

A decisão é parecida com a que paralisou, em março deste ano, as obras do Museu Pelé, no Emissário Submarino. A diferença é que agora a medida vale para toda a área costeira da região.

O Ibama — a quem caberia fiscalizar e licenciar as obras — já está estudando uma forma de recorrer da decisão. O departamento jurídico do órgão entende que as tarefas são de responsabilidade do Estado, mais especificamente da Secretaria de Meio Ambiente.

“Chegamos a fazer esta contestação, mas a Justiça Federal não levou em conta”, disse ontem a chefe regional do Ibama, Ingrid Maria Oberg.

Na ação, o MPF acusa o Ibama de adotar “conduta omissiva” ao não exigir estudos de impactos ambientais de obras realizadas em praias da região.

Os procuradores se referem ao Museu Pelé, em Santos, e à reurbanização da orla do Itararé, em São Vicente. As duas intervenções foram paralisadas judicialmente por causa da falta do EIA-Rima.

Efeitos

Segundo Ingrid, até mesmo um prédio pode necessitar do EIA-Rima a partir de agora, caso fique provado que a edificação irá alterar as características naturais de determinada área depois de pronta.

“A liminar fala em alteração de características naturais. Se você considerar que o curso do vento é uma característica natural, até um edifício está incluído, pois pode alterar o curso do vento”, afirmou Ingrid.

Se não for cassada a tempo, a liminar deve prejudicar ainda, segundo a chefe regional do Ibama, as arenas de verão que as prefeituras costumam armar na faixa de areia das praias. “Não deixam de ser edificações sazonais”, entende.

O Museu Pelé, cujo EIA-Rima está sob análise, não seria atingido pelos efeitos da liminar, de acordo com Ingrid, caso o estudo seja aprovado.

A Tribuna tentou falar ontem com a juíza Daldice e com um dos procuradores da República que assinam a ação civil pública, Antônio Molina Dalóia. Eles, no entanto, se negaram a comentar o teor da decisão e a esclarecer quais obras poderiam ser prejudicadas de imediato.

A liminar fala em “edificações de qualquer espécie, permanentes ou sazonais, na zona costeira dos municípios” (veja reprodução).

O Ibama - que tem apenas quatro fiscais para toda a região, atualmente em greve - não soube informar quais edificações estão sujeitas aos efeitos da liminar.

Fonte: Jornal "A Tribuna" de Santos/SP - edição de 19/11/2003 (quarta-feira)

• Protestos contra a Regulamentação da Lei 9976/00 que versa sobre a continuidade da produção de cloro-soda através das poluidoras células eletrolíticas de mercúrio.

Quinta-feira, 20 de novembro de 2003

Os protestos e a manifestação formal foram apresentados durante a reunião da Comissão de Regulamentação realizada na FIESP em São Paulo no dia 18 de novembro de 2003.

Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, baseada em pleito da Casa Civil da Presidência da República, formou uma comissão para construir um anteprojeto para regulamentação

da lei 9976/00 que versa sobre a produção de cloro-soda através das poluidoras células eletrolíticas a base de mercúrio, onde proíbe a instalação de novas fábricas de cloro-soda à base de mercúrio, mas autoriza as já existentes a continuarem sua produção (RASTROS DE POLUIÇÃO) por tempo indeterminado.

O Ministério Público Federal impetrou [Ação Civil Pública](http://www.acpo.org.br/site_mercurio/Baixada-Santista.php) (http://www.acpo.org.br/site_mercurio/Baixada-Santista.php) contra a empresa CARBOCLORO de Cubatão por danos causados ao meio ambiente e pede que todas as fábricas de cloro-soda do Brasil substituam as células de mercúrio por outro processo que não cause emissão e poluição por este metal pesado, a exemplo de algumas fábricas no Brasil e no mundo que já substituiu seu processo. A ACPO está solicitando figurar como litsconsorte nesta Ação Civil, e também encaminhou Representação ao STF com pedido de ADIN contra a lei 9979/00.

Por conta disso e de várias outras vitórias da ACPO, a empresa Carbocloro está perseguindo os Diretores da ACPO com diversos processos judiciais cíveis e criminais, e neste sentido estamos pedindo apoio dos amigos que desejam um meio ambiente sadio para presente e para futuras gerações, que assinem a petição abaixo que pede atenção do Judiciário para a tentativa de violação dos direitos do cidadão de denunciar possíveis danos ambientais e de solicitar investigação sobre tais fatos, bem como uma ação efetiva do Ministério do Meio Ambiente para:

- a) a suspensão imediata da regulamentação da lei 9976/00 que tramita neste Ministério;
- b) a aplicação de uma ação legal que determine um prazo máximo de 2 anos para eliminação de todas as células de mercúrio e amianto, reconhecidamente poluentes;
- c) determine ampla investigação do passivo ambiental das empresas que utilizam as células de mercúrio no Brasil, determinando a recuperação das áreas impactadas e compensação ambiental.
- d) investigue se os órgãos ambientais do SISNAMA são capazes de realizar estudos que façam cessar a poluição ainda presente nos dias de hoje, sem que se substitua a presente tecnologia à base de mercúrio.

• Agrotóxicos no Brasil são "caixa preta", diz técnico do Ministério do Meio Ambiente.

Quinta-feira, 20 de novembro de 2003

19/11/2003:

O gerente de recursos genéticos do Ministério do Meio Ambiente, Rubens Nodari, afirmou na quarta-feira, em São Paulo, durante seminário sobre transgênicos, conhecer dados que não podem ser revelados sobre a questão dos agrotóxicos no Brasil. Segundo Nodari, a falta de transparência transforma a questão numa "caixa preta".

"Se há algo positivo sobre a questão dos transgênicos é que o debate da sociedade em torno do problema nos ensina a ser cidadãos. Devíamos discutir com a mesma transparência a caixa preta dos agrotóxicos no Brasil", disse Nodari, no evento promovido pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

"No Ministério tenho acesso a dados que mostram a situação gravíssima dos agrotóxicos, mas tenho que me calar", revelou, sem querer acrescentar mais nada sobre o assunto.

Fábio de Castro

- **Estudo mostra dano do trabalho à noite.**

Sexta-feira, 21 de novembro de 2003

Da Reportagem

A desregulamentação das relações de trabalho e a flexibilização das jornadas - fenômenos verificados no mercado de trabalho no mundo todo há pelo menos 15 anos - têm causado estragos à saúde.

As conclusões são resultados de um estudo divulgado no XVI simpósio internacional, que trata sobre os males causados a quem trabalha à noite e em turno. Vinte e um países participam do simpósio, que começou segunda-feira e termina hoje, no Parque Balneário Hotel. É a primeira vez que um país da América Latina sedia o encontro.

Leia mais em:

<http://atribunadigital.globo.com/noticia.asp?cod=150702>

- **I encontro Nacional de Militantes em Saúde do Trabalhador.**

Domingo, 23 de novembro de 2003

Com o objetivo de promover um espaço organizado de discussão para a militância em saúde do trabalhador no Brasil, foi realizado em Sumaré, nos dias 22 e 23 de

novembro de 2003, o [I Encontro Nacional de Militantes em Saúde do Trabalhador](http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/cahe_01.htm) (http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/cahe_01.htm). Esse Encontro foi uma iniciativa do Sindicato dos Químicos Unificados (Campinas, Osasco e Vinhedo) e de um coletivo de sindicatos e movimentos do setor. A iniciativa foi em função da decisão tirada do I Encontro Estadual de Militantes em Saúde dos Trabalhadores realizado no primeiro semestre de 2003 em Curitiba/Paraná. Essas iniciativas dos encontros estadual e nacional têm origem na necessidade sentida por profissionais e militantes em saúde do trabalhador de reativar os movimentos, profissionais, sindicais e sociais na área. Foi a primeira vez que se organiza no Brasil, em caráter aberto, um Encontro Nacional de Militantes em Saúde do Trabalhador.

Neste primeiro Encontro Nacional de Militantes em Saúde do Trabalhador, foi criado o Fórum Nacional de Militantes em Saúde do Trabalhador que consiste em um movimento que visa aglutinar os militantes em todo território nacional, mantendo-se como um ponto de encontro das questões relacionadas à saúde dos trabalhadores. Todos os Militantes da área estão convidados a visitar a página completa do Fórum que está nesta fase inicial ancorada no site do Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas e Região em:

VISITE, PARTICIPE!

http://www.quimicosunificados.com.br/Forum_Nac_Saude/forumsaudetrab_indice.html

- **Seminário.**

Quinta-feira, 27 de novembro de 2003

Direito e as Relações de Saúde e Trabalho no SUS
24 e 25 de novembro de 2003
Ministério da Saúde

A ACPO participou nos dias 24 e 25 de novembro de 2003, na Câmara dos Deputados por iniciativa do Ministério da Saúde, por intermédio da COSAT e outras Entidades Públicas* do [Seminário sobre Direito e as Relações de Saúde e Trabalho no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS](http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/cosat01.htm) (http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/cosat01.htm).

O evento contou com a participação de juristas, procuradores, auditores fiscais do trabalho, profissionais do SUS, pesquisadores, sindicalistas e membros de Associações de portadores de doenças profissionais, entre outros, o seu objetivo foi deflagrar um processo de discussão permanente acerca do tema, para consolidação da área de Saúde do Trabalhador no SUS.

** Coordenação de Área Técnica de Saúde do Trabalhador (COSAT) / Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (DAPE) / Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) e do Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana / Escola Nacional de Saúde Pública / Fundação Oswaldo Cruz (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ).*

Memória do Evento:

Página 01:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/imagens/Cosat.gif

Página 02:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/imagens/Cosat_b.gif

Página 03:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/imagens/Cosat_c.gif

• 17º ENCONTRO NACIONAL DO FBOMS, ANTECEDENDO A CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.

Sexta-feira, 28 de novembro de 2003

Ongs e movimentos sociais do Brasil indicam 21 questões para a Conferência Nacional de Meio Ambiente

Para os participantes do FBOMS, a Conferência Nacional de Meio Ambiente deveria incorporar as propostas da plataforma “Brasil Século 21: a sustentabilidade que queremos” e da Agenda 21 brasileira para que a Conferência possa ser um passo concreto de mudanças na direção da sustentabilidade sócio-ambiental do país.

O Fórum Brasileiro de ONGs (organizações não governamentais) e Movimentos Sociais para Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - FBOMS, coalizão criada em 1990 para influenciar e participar a formulação de políticas e programas nacionais e globais de desenvolvimento sustentável trouxe para o seu 17º Encontro Nacional em Brasília (26 e 27 de novembro), delegados de Ongs e Movimentos Sociais e representantes convidados para a 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), com a finalidade de articular previamente as propostas dessa conferência.

Mais de cem delegados e convidados discutiram os desafios para o Brasil ter um novo projeto de desenvolvimento nacional, que contemple as necessidades e características regionais e locais, e ao mesmo tempo concretize as propostas de sustentabilidade, isto

é, integridade ambiental, justiça e inclusão social, democracia e respeito à diversidade cultural e étnica, entre outros.

Os participantes adotaram um documento, com 21 pontos que deveriam estar refletidos nas deliberações da CNMA para que esta possa ser um passo concreto de mudanças na direção da sustentabilidade sócio-ambiental do país. Para Temístocles Marcelos, coordenador do FBOMS e membro da Comissão de Meio Ambiente da CUT, “os diversos integrantes do Fórum esperam que o Governo Lula incorpore em todas as suas áreas e políticas as propostas de sustentabilidade, e não reduza a questão ambiental a uma mera variável pontual de projetos de obras do Poder Executivo”. O coordenador do FBOMS lembrou que ainda em 2002, o Fórum apresentou aos candidatos à Presidência o documento “Brasil Século 21: a sustentabilidade que queremos”, no qual estão resumidas propostas de curto, médio e longo prazo para políticas nacionais e internacionais que deveriam estar refletidas tanto no PPA – Plano Plurianual como na agenda ambiental do país.

Para os participantes do FBOMS, a Conferência Nacional de Meio Ambiente deveria incorporar as propostas da plataforma “Brasil Século 21: a sustentabilidade que queremos” e da Agenda 21 brasileira.

Rubens Born

Para saber mais, visite o site do Fórum:

<http://www.fboms.org.br>

OFICINA DA REDE DE JUSTIÇA AMBIENTAL DURANTE 17 ° ENCONTRO NACIONAL DO FBOMS

Programação

- 1. "Abertura: Justiça Ambiental e movimentos sociais: unindo as lutas pelos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais" - Jean Pierre Leroy** (Relator para direito ao meio ambiente, Projeto Dhesc Brasil); Coordenador do Projeto Brasil Sustentável e Democrático e membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e **Adilson Vieira** (GTA)
- 2. "Mapas de Conflito sócio ambiental, um instrumento para Justiça Ambiental" - Henri Acselrad** (Professor do IPPUR/UFRJ, membro da Rede de Justiça Ambiental e do Projeto Brasil Sustentável e Democrático).

3. "As desigualdades sócio-ambientais dos impactos das atividades urbano-industriais; apresentação e discussão da Plataforma do Grupo de trabalho REDEBAN" - Jeffer Castelo Branco (ACPO) e Débora Albuquerque (Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT e Secretaria de política social da CUT Paraná)

Debates

4. Encerramento Lançamento do Livro Justiça Ambiental e Cidadania.

A Oficina da Rede de Justiça Ambiental que funcionou durante o encontro do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS), onde foi lançada a Plataforma da REDEBAN. Trata-se de um GT que será formado dentro da Rede de Justiça Ambiental para aprofundar a discussão sobre a eliminação dos riscos: QUÍMICOS, BIOLÓGICOS, RADIOLÓGICOS, ELETROMAGNÉTICOS E GENÉTICOS MODIFICADOS. O lançamento foi realizado com a feliz perspectiva de fortalecimento com uma participação do FBOMS. A proposta teve boa receptividade e deverá estar em breve disponível para adesões no site da Rede em: <http://www.justicaambiental.org.br>

DEZEMBRO

• PROJETO DE LEI DA MATA ATLÂNTICA APROVADO DEPOIS DE 11 ANOS.

Quinta-feira, 04 de dezembro de 2003

O plenário da Câmara aprovou na noite de ontem o projeto de lei (PL nº 3285/92) que trata da proteção da Mata Atlântica. Um acordo entre todos os partidos estabeleceu os critérios do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para delimitar a área de floresta atlântica existente no Brasil. O projeto proíbe a exploração da vegetação primária (aquela que nunca sofreu depredação) e de setores em regeneração avançada, além de estabelecer regras rígidas para a exploração de áreas em estágio médio de regeneração.

A mata atlântica possui apenas 7,1% da área original. O texto contempla inclusive áreas em regiões metropolitanas e urbanas e estabelece ainda que novos empreendimentos que impliquem corte ou supressão de vegetação devem ser implantados em áreas já excessivamente alteradas ou degradadas. O projeto, que tramitava há 11 anos na Câmara, foi aprovado em votação simbólica e por unanimidade.

Clique aqui para acessar o texto da lei:
http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/leimataatlantica.pdf

Enviado por: Márcia Corrêa - Liana Mascarenhas

• I - ENCONTRO NACIONAL DE PORTADORES DE DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO & II - ENCONTRO NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR.

Segunda-feira, 08 de dezembro de 2003

05 e 06 de dezembro de 2003
Ministério da Saúde

A ACPO participou nos dias 5 e 6 de dezembro de 2003 do I - ENCONTRO NACIONAL DE PORTADORES DE DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO e do II - ENCONTRO NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR (1). Os encontros tiveram como objetivo subsidiar canais de discussões com as organizações de trabalhadores para o estabelecimento de ações conjuntas e envolver o controle social na formulação de uma política específica de saúde do trabalhador para o SUS

A política de saúde do trabalhador apresenta interfaces com as políticas econômicas, de indústria e comércio, agricultura, ciência e tecnologia, educação e justiça, além de estar diretamente relacionada às políticas do trabalho, previdência social e meio ambiente. A mesma deve estar articulada com as organizações de trabalhadores e as estruturas organizadas da sociedade civil, de modo a garantir a participação e dar subsídios para a promoção de condições de trabalho dignas, seguras e saudáveis para todos os trabalhadores.

Apenas a partir da Constituição Federal de 1988 e sua regulamentação, com a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080 de 1990), o Sistema de Único de Saúde – SUS passa a ter competência e atribuição legal sobre o processo saúde-doença relacionado ao trabalho. Desde então, o Ministério da Saúde, por meio da Área Técnica de Saúde do Trabalhador - COSAT, tem buscado formular uma Política Nacional de Saúde do Trabalhador - PNST. Entre 1998 e 2000 foi desenvolvido um processo participativo para a elaboração de uma proposta para a PNST, jamais implementada.

A ausência de uma política nacional para a área tem colaborado para que as ações em saúde do trabalhador tenham se desenvolvido de forma fragmentada e dissociada das demais ações no campo da atenção à saúde, incluindo as ações vigilância. Por outro lado, fica evidente a necessidade de incorporar um conjunto de decisões e ações

coerentes, que contemplem os aspectos sanitários, ambientais, éticos, econômicos e sociais, incluindo questões étnicas e de gênero, envolvidos na Saúde do Trabalhador, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo de construção do SUS.

No evento foi apresentado documento base (minuta) que pretende superar a lacuna, viabilizando uma PNST articulada intra e a inter-setorialmente, definindo o modelo de atenção que lhe corresponda e estabelecendo as suas diretrizes, responsabilidades institucionais e formas de financiamento. O acúmulo representado pelo desenvolvimento do conhecimento científico e pelas conquistas resultantes das lutas dos trabalhadores por saúde no Brasil e em todos os países do mundo, é a base do processo de constituição da área de saúde do trabalhador.

Coerente com a continuidade deste processo e com os seus atores sociais no atual momento histórico, a PNST visa ampliar o espaço, para uma participação ativa desses atores e da sociedade, na formulação e implementação de políticas públicas e modelos de desenvolvimento sustentável, que incluam a preservação do ambiente e contemplem a promoção da saúde dos trabalhadores entre os seus objetivos. - (Síntese do texto base para o evento).

No primeiro dia foi lançado o SITE - [OBSERVATÓRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR](http://www.opas.org.br/ambiente) (<http://www.opas.org.br/ambiente>) que ficará ancorado na Home-Page da Organização Pan-americana de Saúde. A construção e manutenção deste site será coletiva, liderada no início pela Área Técnica da Coordenadoria de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde (COSAT/MS). Todos são convidados a ver, participar, agregar, e experimentar o espaço reservado para a participação direta da comunidade de pesquisadores, gestores de serviços e organizações sindicais e populares - (*Helena Rodrigues Corrêa Filho*)

No segundo dia durante os Grupos de Trabalho, as Entidades Não Governamental em saúde do trabalhador não foram favoráveis a proposta de ser unificado com uma rede nacional a ser criada naquele momento com o apoio do Ministério da Saúde, a maioria formaram então um grupo cuja idéia que prevaleceu foi a de manter o [Fórum Nacional de Militantes em Saúde do Trabalhador \(2\)](#) criado em Sumaré, não aceitando a proposta de criar uma rede com apoio do Ministério da Saúde. Entenderam os militantes que é fundamental manter-se como grupo não governamental para, assim, manter sua autonomia e ficar bastante livre para fazer as críticas que entender necessárias ao governo.

(1) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/cosat02.htm

(2) http://www.quimicosunificados.com.br/Forum_Nac_Saude/forumsaudetrab_indice.html

• ENCONTRO DOS GTBs DO BENZENO, O DESMONTE DA DSST/MTbE E A TRISTE REALIDADE DA SAÚDE DO TRABALHADOR NO BRASIL.

Terça-feira, 09 de dezembro de 2003

Durante o II encontro de GTBs e Regionais do Benzeno, importantes manifestações ocorreram como a nota aos Trabalhadores assinada pelos Ilmos. Srs. Paulo Pena e Danilo Fernandes, fato que infelizmente demonstra que o Ministério do Trabalho tem problemas graves e urgentes a serem resolvidos, o que infelizmente adia a solução dos nefastos problemas enfrentados por milhares de trabalhadores em todo Brasil, e que determinou a aprovação da [Carta de Curitiba \(1\)](#) como protesto a esta situação.

NOTA AOS TRABALHADORES: CONTRA O DESMONTE DA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Infelizmente, neste momento de incerteza e apreensão com o futuro da Saúde e Segurança dos trabalhadores em nosso país, nossa mensagem ao nos retirarmos da direção do Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego não aponta para uma diminuição destas preocupações mas, ao contrário, sinaliza quanto à gravidade do momento histórico em curso, após a edição do decreto 4087, totalmente desconhecido para nós até alguns dias após sua publicação, que acabou com a especialização em Medicina e Segurança no Trabalho no âmbito do MTE.

Durante toda nossa gestão identificamos medidas que apontavam para o desmonte da área de SST no MTE. Destacamos logo no início, quando da reforma administrativa em todos os ministérios, a tentativa de deixar o Departamento com uma estrutura menor do que uma Coordenação. Poucos meses depois o episódio do Plano Pluri Anual, já bastante conhecido, no qual foi eliminado o Programa Vida e Saúde no Trabalho apresentado pelo Departamento. A reversão parcial desta nova ação de desmonte se deu graças à mobilização dos auditores médicos e engenheiros e da sociedade civil. Desta luta participamos, principalmente com o memo-circular dirigido a todos os auditores da SST.

Quase na mesma época a secretária da Secretaria de Inspeção do Trabalho, sempre contra nossa opinião, retirou a coordenação do processo de normatização e a Comissão Tripartite Paritária Permanente (instância de negociação da legislação em SST) do Departamento, transferindo-o para a SIT e sua assessoria. Esse aviltamento da função histórica da SST combinada com o estranho e articulado boicote ao Geisat (instância de integração governamental), já apontava para o fim do Departamento, em total coerência com o autoritarismo desagregador das recentes medidas governamentais.

Não bastasse este acirrado enfrentamento interno – sem esquecer que no intervalo entre estas disputas aqui destacadas o clima era de permanente discriminação, com pequenos e grandes boicotes cotidianos – com acentuado viés corporativista, tivemos que enfrentar, já sinalizando a fragmentação da ação de governo na área de SST, o extemporâneo PL1011 do Deputado Roberto Gouveia. Também neste episódio a ausência de discussão com a área de SST do MTE contribuiu para a fragilização do departamento. Sem querer desabonar o SUS, que defendemos desde antes de sua criação, tivemos mais uma vez que nos posicionarmos de forma pública e independente de procedimentos administrativos, na defesa do papel do MTE na proteção da Segurança e Saúde de todos os trabalhadores.

Por fim, quando nossa saída já estava definida, fomos novamente surpreendidos com a proposta da SIT de realização de concurso público considerando apenas a área de legislação trabalhista, proposta esta a que, mais uma vez, nos opusemos. Desconhecíamos que esta medida estava combinada com a perversa mudança do RIT feita no dec. 4087, que transforma os auditores de SST em carreira em extinção, levando consigo todo o patrimônio conquistado nesta área nos últimos vinte anos, e a própria área em si.

Como se vê, nossa gestão foi passada nas trincheiras de resistência ao desmonte. Mesmo assim mantivemos todas as atribuições do DSST inclusive amplificando-as para ações transversais com atividades inéditas em novos campos de atuação como a articulação dos grupos de trabalho na área de segurança química na perspectiva de construção de uma política para o tema no MTE; a fiscalização do PAT, que nunca havia ocorrido antes, coordenado pela Dra. Thaís Lippel; a participação ativa e efetiva na discussão sobre drogas no trabalho e o reforço das atividades que vinham sendo desenvolvidas.

Todo este processo de desmonte está sendo feito de forma autoritária, sem discussão técnica e política com os atores sociais envolvidos. Da mesma forma não foram feitos estudos sobre os impactos epidemiológicos destas drásticas mudanças institucionais nas condições de trabalho e nos indicadores de acidentes e doenças do trabalho no país. Esta aventura expressa a ausência de políticas deste governo para a área de proteção ao trabalho e ao trabalhador. A centralização das ações do MTE no combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil expressam também a capitulação do governo na defesa da segurança e saúde no trabalho e no enfrentamento das causas e dos responsáveis pela degradação das condições de trabalho, na luta pela vida e saúde do conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Apesar das características de “luta interna” evidentes neste desmonte, é pública e notória a ligação deste processo com políticas maiores e projetos já articulados sobre o futuro da área, que estão sendo gestados de forma obscura e anti-democrática. A

recente derrota do projeto de retomada do caráter público do Seguro Acidente de Trabalho é mais um lamentável exemplo disto. Cabe a todos, comprometidos com a defesa dos interesses da classe trabalhadora manter viva e massiva a mobilização pela construção de uma política de SST para o país feita de forma democrática e participativa.

A LUTA CONTINUA!

Paulo Pena e Danilo Costa

Os autores foram respectivamente Diretor e Coordenador Geral do Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho (DSST) de janeiro a novembro de 2003.

(1) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/cartacuritiba.pdf

• **Ciesp quer retirar lixo químico do Estuário.**

Quarta-feira, 10 de dezembro de 2003

*Fonte: Jornal "A Tribuna" de Santos/SP
Manuel Alves Fernandes
Da Sucursal*

As indústrias de Cubatão vão investir até R\$ 60 milhões para solucionar os problemas causados pela deposição de resíduos químicos tóxicos, ao longo das últimas quatro décadas, no fundo do estuário de Cubatão-Santos. Além de provocar danos ambientais, o acúmulo desse material está prejudicando a navegação, porque o canal não é dragado desde 1997.

Se não houver autorização para enterrar esses resíduos em valas de até três metros de profundidade no leito do próprio canal, conforme a proposta, empresas como a Cosipa e a Ultrafertil sofrerão prejuízos elevados por falta de acesso por via marítima, já a partir do final do próximo ano. Atualmente, navios de calado profundo estão raspando o fundo do canal, espalhando os resíduos, agravando o quadro de poluição ambiental e correndo o risco de encalhar.

O projeto de confinamento desse material químico (liberado pelas indústria ou arrastado desde a Represa Billings pela vazão do Rio Cubatão, que se misturou à lama) foi apresentado na noite de segunda-feira, durante a primeira audiência pública promovida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, no Bloco Cultural de Cubatão.

Depende

Além de três integrantes do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Germano Ceará Filho, Carlos Bocuhy e Pedro Stechi), participaram da audiência o prefeito Clermont Castor, a deputada federal Mariângela Duarte, dirigentes de entidades ecológicas e representantes da comunidade.

Embora ainda sejam necessárias novas audiências e a análise final do projeto pelos órgãos ambientais, o Comitê Técnico de Desenvolvimento Sustentável do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) em Cubatão está na expectativa de que o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) libere, no máximo em um ano, a licença ambiental para iniciar as obras.

O assoreamento (provocado pelo acúmulo de terra e detritos no fundo do canal de navegação) já atingiu um nível crítico, em virtude de uma determinação dos órgãos de controle ambiental do Estado que suspendeu a dragagem que era feita regularmente, à espera de uma solução técnica que permitisse a remoção ou o confinamento do material sem agravar o quadro ambiental.

Nos últimos dois anos, outros projetos chegaram a apontar alternativas para a operação, como a sucção dos resíduos do fundo do canal, o ensacamento e o confinamento desses sacos na região do mar entre Santos, São Vicente e Praia Grande.

Poluição

A reação das prefeituras dessas cidades, em especial a de Praia Grande (temendo a ruptura dos sacos e o transporte do material até as praias pelas correntes marítimas) obrigaram à mudança do projeto.

Conforme estudo divulgado pela Cetesb em 2001, entre os resíduos depositados no fundo do Estuário há metais pesados, dioxinas e bifenilas policloradas.

Esse material é altamente tóxico, segundo representantes de entidades participantes da audiência (entre eles Condesmar Fernandes e dirigentes da Associação de Combate aos Poluentes Orgânicos Persistentes - ACPO). Condesmar discordou da proposta de confinamento (que tem o respaldo técnico do professor Luiz Tomazzi, da USP; e do engenheiro Sérgio Pompéia, ex-gerente regional da Cetesb). Conforme o ambientalista, os resíduos deveriam ser removidos, confinados em terra e ressecados.

A remoção, no entanto, provocaria movimentos indesejáveis dos resíduos no fundo do canal, havendo riscos de elevar o grau de contaminação dos peixes e demais

organismos marinhos, conforme os consultores. Carlos Bocuhy, que também é presidente do Instituto Nacional de Proteção ao Meio Ambiente, assinala que o projeto de dragagem proposto pelo Ciesp vai afetar a icofauna.

Falta de dragagem dificulta a navegação... Leia Mais em: www.atribuna.com.br

• **Procurador da República pede intervenção na Fatma.**

Sexta-feira, 12 de dezembro de 2003

Florianópolis - O diretor-geral da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), Sérgio Grandó admitiu ontem a gravidade da situação do órgão ambiental estadual, acusado pelo ministério público de conceder um grande número de licenças ambientais ilegais. Grandó disse que encontrou a Fatma "numa situação muito pior do que imaginava", resultado de um histórico de irregularidades praticadas nas gestões anteriores, agravadas pela sobrecarga de funções e redução do pessoal. O procurador da República Walmor Alves Moreira, de Florianópolis, está pedindo a intervenção do governo do Estado na fundação.

A pedido de Grandó foi realizada ontem uma audiência pública com a participação do próprio diretor-geral da Fatma e de representantes do Ministério Público Estadual e Federal. "A situação é gravíssima, são centenas de processos tramitando na Justiça contra a Fatma por licenciamentos irregulares", disse Moreira. Segundo a procuradora da República Analúcia de Andrade Hartmann, os principais problemas são os licenciamentos em área de preservação sem estudo de impacto, em áreas costeiras (restingas), para carcinicultura (criação de camarões) também sem estudo de impacto, falta de controle sobre a derrubada de árvores nativas da Mata Atlântica e funcionários sob suspeita de ligação com empresas licenciadas.

Grandó disse que a maioria dos licenciamentos irregulares foram concedidos em gestões anteriores. "Não estamos negando esse passivo, é um problema que temos de resolver", ressaltou. "Ao assumir, publicamos uma portaria com quatro medidas: todo licenciamento precisa da assinatura de dois técnicos, todos são publicados no Diário Oficial, formamos uma comissão provisória interna para verificar esses casos e todas as autorizações de corte de vegetação passaram a ser comunicadas à Polícia Ambiental".

O diretor-geral da Fatma queixou-se ainda das limitações da fundação. "A Fatma foi criada em 1975 com 220 funcionários, quando não fazia licenciamento, e hoje tem cerca de 130", disse Grandó. "Só agora estamos conseguindo chamar os primeiros concursados, aprovados em 1994", completou. Ele apontou como medidas necessárias a municipalização da fiscalização e do financiamento, um estreitamento das relações com a Polícia Ambiental e a contratação de mais profissionais, prevista para 2004.

Encaminhado por: Sandra Larsen

• O VELHO BARÃO.

Quinta-feira 18 de dezembro de 2003

Fonte: Jornal "Folha de São Paulo" - AMBIENTE

Laudo feito com amostras recolhidas em setembro no Residencial Barão de Mauá (Grande SP) identificou novo bolsão de gases tóxicos no subsolo do terreno, que serviu por décadas como lixão industrial clandestino e está contaminado por 44 substâncias tóxicas.

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1812200316.htm>

• GRANADA INVESTIGA SOBRE A ATIVIDADE BIOLÓGICA.

Sábado, 20 de dezembro de 2003

Os Investigadores da Universidade de Granada/Espanha estuda os efeitos hormonais de substâncias químicas que se comportam como hormônios ambientais utilizados em embalagens de alimentos, tais como: hambúrguer, pizzas etc.

Existem provas científicas que alguns compostos químicos se comportam como hormônios interferindo na produção e liberação das atividades biológicas através de diversos mecanismos, e, por conseguinte causado efeitos indesejáveis no copo humano.

http://www.universia.es/portada/actualidad/noticia_actualidad.jsp?noticia=67059

Encaminhado por: Cecília Allen

• Rede de Justiça Ambiental e Ambientalistas de todo mundo apóiam a luta contra Regulamentação da Lei 9976/00 e pede soluções.

Segunda-feira, 22 de dezembro de 2003

A Lei versa sobre a continuidade da produção de cloro-soda através das poluidoras células eletrolíticas de mercúrio

A [Rede de Justiça Ambiental](http://www.justicaambiental.org.br) (<http://www.justicaambiental.org.br>) e Ambientalistas de outras Redes Nacionais e Internacionais assinaram a Petição que pede ao Ministério do Meio Ambiente e a Casa Civil: a) a suspensão imediata da regulamentação da lei 9976/00 que tramita neste Ministério; b) a aplicação de uma ação legal que determine um prazo máximo de 2 anos para eliminação de todas as células de mercúrio e amianto, reconhecidamente poluentes; c) determine ampla

investigação do passivo ambiental das empresas que utilizam as células de mercúrio no Brasil, determinando a recuperação das áreas impactadas e compensação ambiental; d) investigue se os órgãos ambientais do SISNAMA são capazes de realizar estudos que façam cessar a poluição ainda presente nos dias de hoje, sem que se substitua a presente tecnologia a base de mercúrio.

Na reunião da Comissão de Regulamentação da Lei 9976/00 realizada novamente na FIESP em São Paulo, protocolizamos a Petição com a lista dos Signatários. O Ministério do Meio Ambiente, respondeu que, devido o assunto ser pertinente a atuação daquele Órgão, a Sra. Ministra determinou que fosse encaminhado a Secretaria competente para as devidas providências.

Clique aqui e Leia a Petição na Íntegra:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/peticaoomma.pdf

• DESDOBRAMENTOS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.

Terça-feira, 23 de dezembro de 2003

- Considerando a relevância da 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente para a nação brasileira e para o Estado de São Paulo.
- Considerando que conforme declarado textualmente no documento sistematizado oferecido aos delegados para discussão em Brasília "Nem todas as emendas do Rio de Janeiro e de São Paulo estão incluídas, pois foram enviadas com atraso e sem sistematização.", CADERNO TESE da 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (pg.7- última linha).
- Considerando que este fato fere profundamente, em todos os sentidos, os diversos atores que tanto lutaram para o sucesso das Pré-conferências Estadual, Regionais e Setoriais, tendo estes documentos sido aprovados por um grande número de pessoas e que se constituem no anseio destas comunidades.
- Considerando que ficou estipulado em Brasília que as Comissões Organizadoras das Pré-conferências Regionais e Setoriais e delegados interessados se reuniram em São Paulo para filtrarem as propostas.
- Considerando-se a necessidade desta questão ser sanada em consenso, urgencialmente e de forma justa para com o Estado de São Paulo e que uma solução adequada, transparente, enfim democrática, fortalecerá esta 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, assim como a de 2005 e as futuras.

Clique aqui para ler mais sobre o assunto e sobre o resultado e encaminhamentos tirados na reunião realizada em São Paulo no dia 17/12/2003:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/conf_00.htm

Apenas a ATA da Reunião:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/atacnma.pdf

• **LEITURA DE FÉRIAS.**

Terça-feira, 24 de dezembro de 2003

TESES SOBRE DIREITO AMBIENTAL

1. A caracterização do Poder Público como poluidor face à omissão no dever de proteção do meio ambiente, frente às invasões às áreas ambientalmente protegidas.

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/Dra_Liliane1.htm

(Dra. Liliane Garcia Ferreira - Promotora de Justiça - SP)

2. O dano moral à coletividade decorrente dos danos causados a bens ambientais culturais, assim como da privação do direito de fruição desses bens.

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/Dra_Liliane2.htm

(Dra. Liliane Garcia Ferreira - Promotora de Justiça - SP)

JURISPRUDÊNCIA

1. Responsabilidade Civil - Contaminação por hexaclorobenzeno (HCB); Hexaclorobenzeno (HCB) - Intoxicação, Incapacidade.

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2003/pag_e_pdf/jurisprudencia.pdf

Endereço para Correspondência: CAIXA POSTAL 73.923 CEP: 11025-032 - Santos - SP - Brasil

Oficina: Av. Pedro Lessa n.º 2672, sala 13 - Embaré

CEP: 11.025-002 - Santos - SP - BR. - TEL/FAX: (013) 3273 5313

Internet - <http://www.acpo.org.br> / e-mail - acpo@acpo.org.br

FUNDADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1994